

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	12
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO	15
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	19
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	21
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	22
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	22
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	23
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	25
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25
10. FUNDOS VINCULADOS	28
11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS	28
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	29
13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	30
14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30
15. INVESTIMENTOS.....	39
16. IMOBILIZADO	49
17. INTANGÍVEIS.....	52
18. FORNECEDORES	54
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES, VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	54
20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	56
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS	61
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	61
23. PROVISÕES	63
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	72
25. RECEITA	74
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	79
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	84
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	85
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	89
30. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	105
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	107
32. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	109
33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	109
34. EVENTOS SUBSEQUENTES	110
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	112
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	131

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	940.937	1.030.257	63.045	38.672
Títulos e Valores Mobiliários	6	288.035	1.058.384	37.107	63.960
Consumidores e Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	7	3.759.200	3.885.392	24.274	-
Ativo Financeiro da Concessão	14	565.281	847.877	-	-
Tributos Compensáveis	8	150.367	173.790	3.402	43
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	9a	406.203	339.574	25.889	19.722
Dividendos a Receber		9.648	76.893	409.398	603.049
Fundos Vinculados	10	111.220	106.227	90.663	87.872
Estoques		33.730	38.134	10	10
Adiantamento a Fornecedores		96.563	116.050	-	-
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	11	-	235.018	-	235.018
Reembolso subsídios tarifários	13	85.827	77.086	-	-
Subvenção Baixa Renda		25.140	26.660	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	29	6.854	-	-	-
Outros Créditos		487.047	525.961	9.250	10.473
		6.966.052	8.537.303	663.038	1.058.819
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	30	281.578	-	281.578	-
TOTAL DO CIRCULANTE		7.247.630	8.537.303	944.616	1.058.819
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	6	63.847	29.753	9.525	1.737
Adiantamento a Fornecedores	28	99.118	6.870	-	-
Consumidores e Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	7	76.594	255.328	-	-
Tributos Compensáveis	8	230.781	230.678	4.100	1.810
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9a	11.248	20.617	11.248	20.617
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	1.943.501	1.871.228	791.360	756.739
Depósitos Vinculados a Litígios	12	2.380.376	2.335.632	280.876	277.791
Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	29	125.577	8.649	-	-
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	11	248.100	-	248.100	-
Outros Créditos		666.606	628.443	29.150	34.978
Ativo Financeiro da Concessão	14	7.277.562	6.604.625	-	-
Investimentos	15	7.703.552	7.792.225	14.051.552	13.692.183
Imobilizado	16	2.420.914	2.762.310	2.506	1.810
Intangível	17	11.184.952	11.155.928	6.730	2.458
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		34.432.728	33.702.286	15.435.147	14.790.123
TOTAL DO ATIVO		41.680.358	42.239.589	16.379.763	15.848.942

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores	18	2.152.676	2.342.757	8.812	4.667
Encargos Regulatórios	21	434.129	512.673	5.836	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		19.490	9.089	1.135	348
Impostos, Taxas e Contribuições	19a	287.205	704.572	6.546	5.841
Imposto de Renda e Contribuição Social	19b	67.648	115.296	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	24	427.790	427.832	425.832	425.838
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	20	2.740.647	2.370.551	18.653	-
Salários e Contribuições Sociais		222.530	207.091	15.921	11.072
Obrigações Pós-emprego	22	236.663	231.894	12.906	12.974
Concessões a Pagar		2.326	2.987	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	14	16.751	414.800	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Opções	29	569.286	507.232	569.286	507.232
Adiantamento de Clientes	7	150.728	232.762	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	29	1.214	12.596	-	-
Outras Obrigações		523.782	570.152	12.990	6.218
		7.852.865	8.662.284	1.077.917	974.190
Passivos Diretamente Associados a Ativos Mantidos para Venda	30	5.905	-	5.905	-
TOTAL DO CIRCULANTE		7.858.770	8.662.284	1.083.822	974.190
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	21	278.374	249.817	-	-
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	20	11.863.407	12.027.146	43.484	-
Impostos, Taxas e Contribuições	19a	28.267	28.199	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	717.902	734.689	-	-
Provisões	23	668.434	678.113	75.316	63.194
Obrigações Pós-emprego	22	4.004.593	3.954.287	460.706	446.523
Concessões a Pagar		16.151	18.240	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	14	6.295	-	-	-
PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores	19a	1.105.572	1.087.230	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Opções	29	336.199	307.792	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	29	-	28.515	-	-
Outras Obrigações		117.575	133.141	41.713	39.049
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		19.142.769	19.247.169	621.219	548.766
TOTAL DO PASSIVO		27.001.539	27.909.453	1.705.041	1.522.956
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
Capital Social		7.293.763	6.294.208	7.293.763	6.294.208
Reservas de Capital		2.249.721	1.924.503	2.249.721	1.924.503
Reservas de Lucros		5.728.574	5.728.574	5.728.574	5.728.574
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(836.528)	(836.522)	(836.528)	(836.522)
Subscrição de Ações a Capitalizar		-	1.215.223	-	1.215.223
Lucros Acumulados		239.192	-	239.192	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		14.674.722	14.325.986	14.674.722	14.325.986
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		4.097	4.150	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.678.819	14.330.136	14.674.722	14.325.986
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		41.680.358	42.239.589	16.379.763	15.848.942

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	25	10.468.630	10.017.959	146	178
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	26				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(5.082.598)	(4.742.418)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(808.580)	(404.261)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(556.459)	(485.163)	-	-
		(6.447.637)	(5.631.842)	-	-
OUTROS CUSTOS	26				
Pessoal e Administradores		(532.260)	(688.847)	-	-
Materiais		(22.966)	(17.599)	-	-
Serviços de Terceiros		(413.971)	(341.397)	-	-
Depreciação e Amortização		(374.523)	(385.455)	-	-
Provisões Operacionais, líquidas		(1.901)	(172.079)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(383.643)	(441.034)	-	-
Outras		(41.227)	(21.314)	-	-
		(1.770.491)	(2.067.725)	-	-
CUSTO TOTAL		(8.218.128)	(7.699.567)	-	-
LUCRO BRUTO		2.250.502	2.318.392	146	178
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com Vendas	26	(167.557)	(141.472)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(313.117)	(437.894)	(34.438)	(28.293)
Despesas com Provisões Operacionais		(102.795)	(56.954)	(78.189)	(15.311)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(256.325)	(313.114)	(29.545)	(25.030)
		(839.794)	(949.434)	(142.172)	(68.634)
Resultado de Equivalência Patrimonial	15	(26.233)	60.118	480.319	511.625
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.384.475	1.429.076	338.293	443.169
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS					
Receitas Financeiras	27	491.169	348.901	18.792	33.018
Despesas Financeiras	27	(1.345.801)	(1.083.201)	(3.085)	(1.961)
Resultado antes dos Impostos		529.843	694.776	354.000	474.226
IMPACTOS FISCAIS					
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(180.044)	(292.722)	-	(2.533)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	33.054	78.794	38.569	8.885
Lucro do período proveniente de operações continuadas		382.853	480.848	392.569	480.578
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro do período proveniente de operações descontinuadas	30	21.372	-	11.358	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		404.225	480.848	403.927	480.578
Total do resultado do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores					
Lucro do período proveniente de operações em continuidade		382.555	480.578	392.569	480.578
Lucro do período proveniente de operações descontinuadas		21.372	-	11.358	-
Lucro do período atribuível aos acionistas controladores		403.927	480.578	403.927	480.578
Participação dos acionistas não-controladores					
Lucro do período proveniente de operações em continuidade		298	270	-	-
Lucro do período proveniente de operações descontinuadas		-	-	-	-
Lucro do período atribuível aos acionistas não controladores		298	270	-	-
		404.225	480.848	403.927	480.578
Lucro Básico e diluído por ação preferencial	24	0,28	0,38	0,28	0,38
Lucro Básico e diluído por ação ordinária	24	0,28	0,38	0,28	0,38

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
RECEITA LÍQUIDA	25	5.533.199	5.205.029	73	84
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	26				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.818.905)	(2.649.330)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(416.038)	(197.764)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(293.225)	(262.651)	-	-
		<u>(3.528.168)</u>	<u>(3.109.745)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
OUTROS CUSTOS	26				
Pessoal e Administradores		(291.458)	(401.340)	-	-
Materiais		(15.811)	(11.301)	-	-
Serviços de Terceiros		(243.201)	(194.961)	-	-
Depreciação e Amortização		(179.837)	(199.011)	-	-
Provisões Operacionais, Líquidas		10.876	(93.147)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(202.974)	(240.475)	-	-
Outras		(37.941)	(14.159)	-	-
		<u>(960.346)</u>	<u>(1.154.394)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO TOTAL		(4.488.514)	(4.264.139)	-	-
LUCRO BRUTO		1.044.685	940.890	73	84
DESPESAS OPERACIONAIS	26				
Despesas com Vendas		(91.374)	(75.277)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(96.468)	(231.896)	(24.842)	(8.789)
Despesas com Provisões Operacionais		(59.109)	6.450	(38.878)	1.157
Outras Despesas Operacionais		(124.165)	(140.437)	(15.170)	(11.630)
		<u>(371.116)</u>	<u>(441.160)</u>	<u>(78.890)</u>	<u>(19.262)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	15	(83.107)	30.477	(18.051)	152.163
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		590.462	530.207	(96.868)	132.985
Receitas Financeiras	27	249.315	169.010	7.544	9.438
Despesas Financeiras	27	(946.147)	(510.564)	(2.191)	(834)
Resultado antes dos Impostos		(106.370)	188.653	(91.515)	141.589
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	4.982	(59.265)	-	(2.533)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	19.646	8.726	19.635	(1.074)
Lucro (Prejuízo) do período proveniente de operações continuadas		(81.742)	138.114	(71.880)	137.982
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro (Prejuízo) do período proveniente de operações descontinuadas	30	21.372	-	11.358	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(60.370)	138.114	(60.522)	137.982
Total do resultado do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores					
Lucro do período proveniente de operações em continuidade		(81.894)	138.114	(71.880)	137.982
Lucro do período proveniente de operações descontinuadas		21.372	-	11.358	-
Lucro do período atribuível aos acionistas controladores		<u>(60.522)</u>	<u>137.982</u>	<u>(60.522)</u>	<u>137.982</u>
Participação dos acionistas não-controladores					
Lucro do período proveniente de operações em continuidade		152	132	-	-
Lucro do período atribuível aos acionistas não controladores		152	132	-	-
		<u>(60.370)</u>	<u>138.114</u>	<u>(60.522)</u>	<u>137.982</u>
Lucro (prejuízo) Básico e Diluído por ação preferencial – R\$	24	(0,04)	0,11	(0,04)	0,11
Lucro (prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária – R\$	24	(0,04)	0,11	(0,04)	0,11

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	404.225	480.848	403.927	480.578
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	(416)	(680)	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto, líquida de impostos	-	(4.851)	(416)	(5.531)
	(416)	(5.531)	(416)	(5.531)
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente à valor justo de ativo financeiro, líquida de impostos	-	(38.134)	-	(38.134)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	403.809	437.183	403.511	436.913
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	403.511	436.913	403.511	436.913
Participação dos acionistas não-controladores	298	270	-	-
	403.809	437.183	403.511	436.913

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
RESULTADO DO PERÍODO	(60.370)	138.114	(60.522)	137.982
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto, líquida de impostos	-	(3.984)	-	(3.984)
	-	(3.984)	-	(3.984)
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto referente à valor justo de ativo financeiro, líquida de impostos	-	(73.825)	-	(73.825)
	-	(73.825)	-	(73.825)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(60.370)	60.305	(60.522)	60.173
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	(60.522)	60.173	(60.522)	60.173
Participação dos acionistas não-controladores	152	132	-	-
	(60.370)	60.305	(60.522)	60.173

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Subscrição de ações a capitalizar	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.294.208	1.215.223	1.924.503	5.728.574	(836.522)	-	14.325.986	4.150	14.330.136
Adoção inicial CPC/48	-	-	-	-	-	(181.846)	(181.846)	-	(181.846)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	403.927	403.927	298	404.225
Outros resultados abrangentes									
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	-	(416)	-	(416)	-	(416)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	(416)	403.927	403.511	298	403.809
Subscrição de ações a capitalizar	-	109.550	-	-	-	-	109.550	-	109.550
Integralização de capital	999.555	(999.555)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	(325.218)	325.218	-	-	-	-	-	-
Outras mutações no Patrimônio Líquido:									
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(351)	(351)
Realização de Reservas									
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	-	410	17.111	17.521	-	17.521
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	7.293.763	-	2.249.721	5.728.574	(836.528)	239.192	14.674.722	4.097	14.678.819

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6.294.208	1.924.503	5.199.855	(488.285)	-	12.930.281	4.090	12.934.371
Lucro líquido do período	-	-	-	-	480.578	480.578	270	480.848
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(680)	-	(680)	-	(680)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(42.985)	-	(42.985)	-	(42.985)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(43.665)	480.578	436.913	270	437.183
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Dividendos Adicionais Propostos a Acionistas Minoritários	-	-	-	-	-	-	(424)	(424)
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	2.192	-	(2.192)	-	-	-
Realização de Reservas								
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(854)	598	(256)	-	(256)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	6.294.208	1.924.503	5.202.047	(532.804)	478.984	13.366.938	3.936	13.370.874

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro Líquido do Período das Operações em Continuidade		382.853	480.848	392.569	480.578
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
Impostos de Renda e Contribuição Social		146.990	213.928	(38.569)	(6.352)
Depreciação e Amortização	26	411.300	410.800	216	236
Baixa de Valor Residual Líquido de Ativos Financeiros da Concessão, Imobilizado e Intangível		14.818	14.651	155	23
Resultado de Equivalência Patrimonial	15	26.233	(60.118)	(480.319)	(511.625)
Juros e Variações Monetárias		279.744	624.221	(23.933)	(952)
Variação Cambial de Empréstimos	20	554.278	121	-	-
Amortização de Custo de Transação de Empréstimos e Financiamentos	20	15.548	29.827	153	-
Provisões para Perdas Operacionais, Líquidas	26	267.319	369.918	78.189	15.311
Variação do valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos - swap	29	(180.429)	-	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	25	(1.069.049)	331.896	-	-
Obrigações Pós-emprego	22	202.556	228.012	21.990	21.242
		<u>1.052.161</u>	<u>2.644.104</u>	<u>(49.549)</u>	<u>(1.539)</u>
(Aumento) Redução de Ativos					
Consumidores, Revendedores e Concessionários de Energia		(14.147)	(220.199)	3.928	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	14	280.453	145.502	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)		(8.741)	(9.594)	-	-
Tributos Compensáveis		(45.383)	526	285	(141)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido		(72.663)	55.284	3.652	79.081
Depósitos Vinculados a Litígios		(29.521)	(13.655)	9.472	6.448
Dividendos recebidos		197.247	157.445	484.408	228.196
Ativos Financeiros da Concessão		379.893	(36.162)	-	-
Adiantamento a Fornecedores		(63.707)	5.656	-	-
Direito de Retirada de Gás		317	366.954	-	-
Outros		92.759	30.053	(1.110)	5.857
		<u>716.507</u>	<u>481.810</u>	<u>500.635</u>	<u>319.441</u>
Aumento (Redução) de Passivos					
Fornecedores		(190.081)	(23.660)	(552)	594
Impostos, Taxas e Contribuições		(314.754)	(225.049)	831	(80.821)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar		-	128.753	-	(452)
Salários e Contribuições Sociais		15.439	9.357	2.869	1.309
Encargos Regulatórios		(49.987)	15.439	5.836	-
Adiantamento de Clientes		(88.849)	57.560	-	-
Obrigações Pós-emprego	22	(147.481)	(133.592)	(7.875)	(7.381)
Outros		(86.407)	(193.594)	59	(9.202)
		<u>(862.120)</u>	<u>(364.786)</u>	<u>1.168</u>	<u>(95.953)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais das Operações em Continuidade		906.548	2.761.128	452.254	221.949
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos Pagos	20	(671.651)	(711.474)	(438)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(292.981)	(283.024)	(38)	(2.081)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)		12.981	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(45.103)	1.766.630	451.778	219.868
Caixa líquido (Consumido) Gerado nas Atividades Operacionais Descontinuadas	30	36.602	-	18.944	-
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(8.501)	1.766.630	470.722	219.868

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira		738.632	(103.864)	19.065	117.226
Fundos Vinculados		(4.993)	(20.810)	(2.500)	(20.719)
Em Investimentos					
Aporte em Investidas		(149.918)	(186.231)	(569.105)	(100.111)
Caixa recebido na incorporação		-	-	428	-
Em Imobilizado	16	(18.641)	(31.364)	-	-
Em Intangível	17	(368.570)	(407.733)	(15)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		196.510	(750.002)	(552.127)	(3.604)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento das operações descontinuadas	30	(7.631)	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		188.879	(750.002)	(552.127)	(3.604)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Obtenção de Empréstimos e Debêntures	20	395.860	60.109	-	-
Aumento de Capital	24	109.550	-	109.550	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	20	(774.715)	(855.057)	(3.766)	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos		(393)	(270.709)	(6)	(270.709)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(269.698)	(1.065.657)	105.778	(270.709)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(89.320)	(49.029)	24.373	(54.445)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	1.030.257	995.132	38.672	69.352
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	940.937	946.103	63.045	14.907

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/06/2018		30/06/2017		30/06/2018		30/06/2017	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços (1)	15.132.688		14.282.104		161		196	
Receita de Construção de Distribuição	378.911		434.009		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	4.732		7.025		-		-	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	156.980		150.476		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	3.066		1.511		-		-	
Receita de Indenização de Transmissão	146.519		269.855		-		-	
Receita de Indenização de Geração	34.463		-		-		-	
Investimento em Imobilizado	28.539		12.149		-		-	
Outras Receitas	3.717		1.479		-		-	
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(162.063)		(140.885)		-		-	
	15.727.552		15.017.723		161		196	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.575.380)		(5.197.883)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(900.253)		(451.216)		-		-	
Serviços de Terceiros (1)	(663.913)		(638.744)		(9.377)		(3.602)	
Gás Comprado para Revenda	(556.458)		(485.163)		-		-	
Materiais (1)	(195.821)		(217.936)		3.707		(66)	
Outros Custos Operacionais (1)	(229.758)		(356.713)		(82.895)		(20.872)	
	(8.121.583)		(7.347.655)		(88.565)		(24.540)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	7.605.969		7.670.068		(88.404)		(24.344)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização (1)	(411.300)		(410.800)		(216)		(236)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	7.194.669		7.259.268		(88.620)		(24.580)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	21.372		-		11.358		-	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(26.233)		60.118		480.319		511.625	
Receitas Financeiras (1)	491.169		348.901		18.792		33.018	
	7.680.977		7.668.287		421.849		520.063	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	816.235	10,63	1.072.781	13,99	43.703	10,36	39.991	7,69
Remuneração direta	521.283	6,79	600.072	7,83	19.122	4,53	14.217	2,73
Obrigações Pós-emprego e Outros Benefícios	236.605	3,08	270.294	3,52	21.998	5,21	20.729	3,99
FGTS	32.681	0,43	36.993	0,48	762	0,18	682	0,13
Programa de Desligamento Voluntário Programado	25.666	0,33	165.422	2,16	1.821	0,44	4.363	0,84
Impostos, Taxas e Contribuições	5.047.392	65,71	4.945.812	64,50	(35.652)	(8,45)	(4.071)	(0,78)
Federais	2.519.188	32,80	2.285.738	29,81	(36.137)	(8,57)	(4.613)	(0,89)
Estaduais	2.520.154	32,81	2.652.340	34,59	267	0,06	392	0,08
Municipais	8.050	0,10	7.734	0,10	218	0,06	150	0,03
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.413.125	18,40	1.168.846	15,24	9.871	2,34	3.565	0,69
Juros	1.360.908	17,72	1.122.148	14,63	3.085	0,73	1.961	0,38
Aluguéis	52.217	0,68	46.698	0,61	6.786	1,61	1.604	0,31
Remuneração de Capitais Próprios	404.225	5,26	480.848	6,27	403.927	95,75	480.578	92,40
Lucros Retidos	403.927	5,26	480.578	6,27	403.927	95,75	480.578	92,40
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	298	-	270	-	-	-	-	-
	7.680.977	100,00	7.668.287	100,00	421.849	100,00	520.063	100,00

(1) Inclui os efeitos dos resultados decorrentes das operações descontinuadas.

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Em 30 de junho de 2018, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$611.140 e R\$139.206, no consolidado e na controladora, respectivamente. No primeiro semestre, a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional consolidado negativo no valor de R\$8.501 (positivo no valor de R\$1.766.630 no mesmo período de 2017), decorrente principalmente de custos com compra de energia em valor superior aos previstos na receita e que serão objeto de ressarcimento no próximo reajuste tarifário. A controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R\$470.722 (R\$219.868 no mesmo período de 2017). Adicionalmente, em 30 de junho de 2018, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo no consolidado da Cemig totalizaram R\$2.740.647 e R\$11.863.407, respectivamente. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

Com relação à gestão da dívida, em dezembro de 2017 e julho de 2018 a controlada Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”) realizou captação de recursos no exterior nos montantes de US\$1 bilhão (R\$3,2 bilhões) e US\$500 milhões (R\$1,9 bilhão) em Eurobonds, respectivamente, com vencimento em 2024. Além disso, ainda no final de 2017, foi realizado o reperfilamento de dívidas no montante de R\$3,4 bilhões, sendo R\$2,7 bilhões da controlada Cemig Distribuição (“Cemig D”) e R\$741 milhões da controlada Cemig GT. Essas iniciativas, em conjunto, equilibraram o fluxo de caixa e alongaram o prazo médio das dívidas, além de melhorarem a qualidade de crédito da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Incorporação da Cemig Telecomunicações S.A. (“Cemig Telecom”) e alienação dos ativos de telecomunicações

Em 31 de março de 2018 a Companhia concluiu a incorporação de sua subsidiária integral Cemig Telecom, pelo valor patrimonial contábil, com a conseqüente extinção da Cemig Telecom e sucessão, pela Companhia, em todos os bens, direitos e obrigações. Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não houve aumento de capital nem a emissão de novas ações. As ações representativas do capital social da referida subsidiária integral foram extintas na data da incorporação.

A seguir é apresentado o balanço patrimonial resumido da Cemig Telecom utilizado para a incorporação na data base de 31 de março de 2018:

	31/03/2018		31/03/2018
Ativo		Passivo	
Circulante	24.986	Circulante	33.816
Não Circulante		Não Circulante	55.407
Realizável a longo prazo	15.313		
Investimentos	17.116		
Imobilizado líquido	271.766		
Intangível	11.716		
	315.911	Patrimônio Líquido	251.674
Total do Ativo	340.897	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	340.897

A Administração da Companhia está em processo de alienação dos ativos incorporados da Cemig Telecom. Maiores informações na nota explicativa nº 30.

Mudanças no estatuto da Companhia – aprimoramento da governança corporativa

Em 11 de junho de 2018, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou alterações no Estatuto da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- Redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- Criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal.

As alterações no estatuto não impactaram a política de dividendos da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias consolidadas devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 13 de agosto de 2018, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias referentes ao primeiro semestre de 2018.

2.2 Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2018

IFRS 15/CPC 47 (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método prospectivo, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia e suas controladas avaliaram os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

O impacto na adoção deste pronunciamento ocorreu no reconhecimento dos ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD). Até 31 de dezembro de 2017, esses ressarcimentos eram reconhecidos como despesa operacional.

Na tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção da IFRS 15/CPC 47 na demonstração do resultado para os períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2018:

	30/06/2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste (1) IFRS 15/CPC 47	30/06/2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
RECEITA LÍQUIDA	10.468.630	25.681	10.494.311
CUSTOS OPERACIONAIS	(8.218.128)	-	(8.218.128)
DESPESAS OPERACIONAIS	(839.794)	(25.681)	(865.475)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(26.233)	-	(26.233)
Resultado Financeiro	(854.632)	-	(854.632)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(146.990)	-	(146.990)
Lucro do Período Proveniente de Operações em Continuidade	382.853	-	382.853

	Abr a Jun/18 com adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste (1) IFRS 15/CPC 47	Abr a Jun/18 sem adoção do IFRS 15/CPC 47
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
RECEITA LÍQUIDA	5.533.199	9.235	5.542.434
CUSTOS OPERACIONAIS	(4.488.514)	-	(4.488.514)
DESPESAS OPERACIONAIS	(371.116)	(9.235)	(380.351)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(83.107)	-	(83.107)
Resultado Financeiro	(696.832)	-	(696.832)
Imposto de Renda e Contribuição Social	24.628	-	24.628
Lucro do Período Proveniente de Operações em Continuidade	(81.742)	-	(81.742)

1) Refere-se a penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, reclassificado de Outras Receitas (Despesas) Operacionais.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/ CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia e suas controladas passaram a reclassificá-las de acordo com a norma atual, conforme abaixo:

Consolidado	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Adiantamentos a Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a Receber de Partes Relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Reembolso de Subsídios Tarifários	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Subvenção Baixa Renda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Vinculados a Litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Transmissão	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Distribuição	Disponível para venda	Valor justo resultado
Indenizações a Receber – Transmissão	Empréstimos e recebíveis (2)	Valor justo resultado
Indenizações a Receber – Geração	Empréstimos e recebíveis (2)	Valor justo resultado
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros Créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos Financeiros		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Concessões a Pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Adiantamento de Clientes	Custo amortizado	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	Valor justo resultado	Valor justo resultado

1) A Companhia possui “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com a IFRS 9/CPC 48;

2) Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O impacto material decorrente da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2018 está relacionado ao valor recuperável do contas a receber de clientes.

O novo pronunciamento também estabelece que em relação às perdas para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o modelo de expectativa de perda no crédito não seja mais de perdas incorridas, mas um modelo prospectivo de perdas de crédito esperadas, com base em probabilidades.

Com base no novo pronunciamento, as provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas esperadas para 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas adotaram, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos e calculou a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base 12 meses do faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer. A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida foi calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, como segue:

	01/01/2018
Consumidores e revendedores e transporte de energia (a)	150.114
Ajuste reflexo decorrente da investida Light	82.770
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	(51.038)
	<u>181.846</u>

(a) Referem-se às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) de valores a receber de consumidores da Cemig D.

2.3 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2018.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2018 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2017	30/06/2018	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	31	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Fundos Vinculados
12	11	Contas a Receber do Estado de Minas Gerais
13	12	Depósitos Vinculados a Litígios
14	13	Reembolso de Subsídios Tarifários
15	14	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
16	15	Investimentos
17	16	Imobilizado
18	17	Intangível
19	18	Fornecedores
20	19	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
21	20	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
22	21	Encargos Regulatórios
23	22	Obrigações Pós-Emprego
24	23	Provisões
25	24	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
26	25	Receita
27	26	Custos e Despesas Operacionais
28	27	Receitas e Despesas Financeiras
29	28	Transações com Partes Relacionadas
30	29	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
31	29	Mensuração pelo valor justo
-	30	Ativos Classificados como Mantidos para Venda
35	33	Transações não Envolvendo Caixa
36	34	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
32	Seguros
33	Obrigações Contratuais
34	Reajuste Tarifário Anual

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial, respectivamente, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/06/2018	31/12/2017
		Participação Direta (%)	Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57	99,57
Cemig Telecom (2)	Consolidação	-	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Geração Distribuída (Usina Térmica Ipatinga) (1)	Consolidação	100,00	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00	100,00
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	Consolidação	100,00	100,00

- (1) Em 2018, a razão social da UTE Ipatinga foi alterada para Cemig Geração Distribuída S.A.
(2) Empresa incorporada pela Companhia em 31 de março de 2018.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm junto à ANEEL as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)			10/2030
Salto Paraopeba (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (3)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (3)	Cemig GT	79/2000	10/2030
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (4)	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (4)	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado pelo fato de que o poder concedente não controla para quem e o preço dos serviços prestados, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

(2) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo a mesma classificada como ativo financeiro da concessão.

(3) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através dos gastos incorridos. O ativo financeiro indenizável é identificado quando a implementação da infraestrutura é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de implementação da infraestrutura.

(4) Referem-se a contratos de concessão que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura da concessão encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado entre ativo intangível e ativo financeiro.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Contas Bancárias	43.984	113.495	4.669	4.645
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	786.378	685.826	44.748	20.799
Overnight (2)	110.575	226.629	13.628	13.228
Outros	-	4.307	-	-
	896.953	916.762	58.376	34.027
	940.937	1.030.257	63.045	38.672

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 60% a 106% em 30 de junho de 2018 (50% a 106% em 31 de dezembro de 2017) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.
- (2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% em 30 de junho de 2018 (6,89% em 31 de dezembro de 2017) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	935	2.652	115	144
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	158.949	303.355	19.589	17.706
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	121.124	739.945	14.928	43.189
Debêntures (4)	4.775	10.663	1.825	2.142
Outros	2.252	1.769	650	779
	288.035	1.058.384	37.107	63.960
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	234	-	43	-
Letras Financeiras (LFs) - Bancos (2)	57.957	-	7.143	-
Debêntures (4)	4.951	29.753	2.339	1.737
Outros	705	-	-	-
	63.847	29.753	9.525	1.737
	351.882	1.088.137	46.632	65.697

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,50% a 105,25%, em 30 de junho de 2018 (100,25% a 105,25% em 31 de dezembro de 2017), conforme operação.

- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 111,25% do CDI em 30 de junho de 2018 (102,01% a 112% em 31 de dezembro de 2017).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 151% do CDI em 30 de junho de 2018 (104,25% a 161,54% em 31 de dezembro de 2017).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 29. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/06/2018	31/12/2017
Fornecimento Faturado	1.166.017	627.811	809.168	2.602.996	2.688.622
Fornecimento não Faturado	1.058.559	-	-	1.058.559	993.699
Suprimento a Outras Concessionárias	3.008	18.617	3.569	25.194	25.642
Suprimento a Outras Concessionárias não Faturado	217.120	-	-	217.120	283.061
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	46.908	214.127	259	261.294	381.150
Concessionários – Transporte de Energia Faturado	69.137	6.634	94.898	170.669	159.194
Concessionários – Transporte de Energia não Faturado	231.550	-	-	231.550	177.308
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(191.250)	(17.475)	(522.863)	(731.588)	(567.956)
	2.601.049	849.714	385.031	3.835.794	4.140.720
Ativo Circulante				3.759.200	3.885.392
Ativo não Circulante				76.594	255.328

	Controladora				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/06/2018	31/12/2017
Fornecimento Faturado (serviços de telecomunicações)	15.277	4.945	5.185	25.407	-
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa			(1.133)	(1.133)	-
	15.277	4.945	4.052	24.274	-
Ativo Circulante				24.274	-

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29.

O ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	30/06/2018	31/12/2017
Residencial	130.624	160.482
Industrial	205.834	178.058
Comércio, Serviços e Outras	171.540	117.438
Rural	29.036	17.334
Poder Público	94.386	11.984
Iluminação Pública	5.680	4.740
Serviço Público	26.758	10.187
Encargos de Uso de Rede - TUSD	67.730	67.733
	731.588	567.956

A movimentação do ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	660.105
Constituições líquidas	140.885
Saldo em 30 de junho de 2017	800.990
Saldo em 31 de dezembro de 2017	567.956
Constituições líquidas	317.671
Baixas	(154.039)
Saldo em 30 de junho de 2018	731.588

A Companhia registrou, em 1º de janeiro de 2018, contra a rubrica de Lucros Acumulados, os efeitos decorrentes da adoção da norma IFRS 9/CPC 48. Mais detalhes na nota explicativa nº2 dessas Informações Contábeis intermediárias.

Adiantamento de clientes

A Cemig GT e Cemig D receberam de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.200
Adição	142.601
Baixa	(85.041)
Atualização Financeira	24.680
Saldo em 30 de junho de 2017	263.440
Saldo em 31 de dezembro de 2017	232.762
Baixa	(88.849)
Atualização Financeira	6.815
Saldo em 30 de junho de 2018	150.728

Os adiantamentos serão atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Cemig GT e Cemig D nas condições a seguir:

30/06/2018				Saldo em 30/06/2018	Saldo em 31/12/2017
Contraparte	Período previsto para faturamento da energia	Índice de atualização dos valores antecipados	Quantidade de Mwh a entregar		
BTG Pactual	jan/2018	1,57% a.m.	-	-	17.287
BTG Pactual	jan/2018	1,2% a.m.	-	-	25.633
Deal Comercializadora	jan/2018	1,2% a.m.	-	-	772
White Martins Gases Industriais Ltda	mai/2018 a mar/2019	124% do CDI	214.642	121.396	147.066
White Martins Gases Industriais Ltda	mai/2018 a mar/2019	124% do CDI	-	29.332	42.004
				150.728	232.762

A receita de venda de energia antecipada é reconhecida no resultado apenas quando ocorre a sua efetiva entrega.

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Circulante				
ICMS a Recuperar	78.750	71.430	3.186	-
PIS-PASEP	8.672	12.130	20	6
COFINS	39.484	56.023	100	37
Outros	23.461	34.207	96	-
	150.367	173.790	3.402	43
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	228.317	224.752	2.290	-
PIS-PASEP	43	569	3	2
COFINS	196	3.131	12	12
Outros	2.225	2.226	1.795	1.796
	230.781	230.678	4.100	1.810
	381.148	404.468	7.502	1.853

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após junho de 2019.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Circulante				
Imposto de Renda	256.396	223.539	23.141	19.124
Contribuição Social	149.807	116.035	2.748	598
	406.203	339.574	25.889	19.722
Não Circulante				
Imposto de Renda	-	6.685	-	6.685
Contribuição Social	11.248	13.932	11.248	13.932
	11.248	20.617	11.248	20.617
	417.451	360.191	37.137	40.339

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	506.272	523.595	165.505	165.235
Provisões	1.110.876	1.092.557	555.145	527.166
Obrigações Pós-Emprego	1.210.792	1.179.257	150.691	144.176
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	264.591	207.415	8.161	7.775
Tributos com exigibilidade suspensa	12.858	14.093	-	-
Concessão Onerosa	7.473	8.227	-	-
Ajuste a Valor Justo Swap - Perda	-	12.923	-	-
Outros	17.710	14.212	5.630	-
Total	3.130.572	3.052.279	885.132	844.352
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo de Captação	(26.980)	(31.115)	-	-
Custo atribuído	(252.511)	(275.543)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(454.616)	(463.573)	(86.365)	(87.613)
Encargos Financeiros Capitalizados	(167.044)	(165.582)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(1.253)	(785)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(919.083)	(937.485)	-	-
Valor justo instrumentos financeiros derivativos	(44.614)	(1.524)	-	-
Outros	(38.872)	(40.133)	(7.407)	-
Total	(1.904.973)	(1.915.740)	(93.772)	(87.613)
Total Líquido	1.225.599	1.136.539	791.360	756.739
Total do Ativo	1.943.501	1.871.228	791.360	756.739
Total do Passivo	(717.902)	(734.689)	-	-

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.215.247	789.318
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	78.794	8.885
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	4.544	-
Saldo em 30 de junho de 2017	1.298.585	798.203
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.136.539	756.739
Incorporação Telecom	-	1.049
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados – operações em continuidade	33.054	38.569
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados – operações descontinuadas	(9.815)	(5.742)
Efeitos alocados no Patrimônio Líquido	68.586	-
Transferência para ativos mantidos para a venda	745	745
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	(3.510)	-
Saldo em 30 de junho de 2018	1.225.599	791.360

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado das operações em continuidade antes do imposto de renda e contribuição social	529.843	694.776	354.000	474.226
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(180.147)	(236.224)	(120.360)	(161.237)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	(16.633)	9.096	159.710	166.824
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.583)	(1.512)	(401)	-
Incentivo Fiscal	4.902	6.088	25	43
Provisão desligamento voluntário	(146)	-	(14)	-
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	48.506	38.819	-	-
Multas Indedutíveis	(6.964)	(8.405)	(35)	(11)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	-	(6.112)	-	-
Outros	5.075	(15.678)	(356)	733
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(146.990)	(213.928)	38.569	6.352
Imposto Corrente	(180.044)	(292.722)	-	(2.533)
Imposto Diferido	33.054	78.794	38.569	8.885
	(146.990)	(213.928)	38.569	6.352
Alíquota Efetiva	27,74%	30,79%	10,90%	1,34%

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Resultado das operações em continuidade antes do imposto de renda e contribuição social	(106.370)	188.653	(91.515)	141.589
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	36.166	(64.142)	31.115	(48.140)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	(34.370)	503	(10.359)	43.983
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.214)	(680)	(401)	-
Incentivo Fiscal	1.711	2.292	25	43
Provisão desligamento voluntário	108	-	(12)	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	(93)	-	-
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	21.296	36.192	-	-
Multas Indedutíveis	(2.958)	(3.647)	(29)	(5)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	-	(3.037)	-	-
Outros	3.889	(17.927)	(704)	512
Imposto de Renda e Contribuição Social – Crédito (Despesa) Efetivos	24.628	(50.539)	19.635	(3.607)
Imposto Corrente	4.982	(59.265)	-	(2.533)
Imposto Diferido	19.646	8.726	19.635	(1.074)
	24.628	(50.539)	19.635	(3.607)
Alíquota Efetiva	23,15%	26,79%	21,46%	2,55%

10. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R\$111.220 (R\$106.227 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado e R\$90.663 (R\$87.872 em 31 de dezembro de 2017) na controladora, refere-se principalmente a valor depositado em instituição financeira, em conformidade com o acordo de acionistas da RME, como garantia para liquidação das opções de venda de participação nessa empresa.

11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Em 25 de outubro de 2017, a Companhia assinou um Termo de Reconhecimento de Débitos junto ao Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Fazenda, por meio do qual o Estado se comprometeu a devolver à Companhia o montante total depositado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, referente à discussão administrativa quanto ao critério de atualização dos montantes repassados pelo Governo do Estado de Minas Gerais como adiantamento para futuro aumento de capital em anos anteriores.

O Termo de Reconhecimento de Débitos assinado entre as partes prevê a devolução por parte do Estado do montante de R\$294.390, sendo R239.445 relativo ao valor original do depósito e R\$54.945 relativo a sua atualização financeira, sendo R\$13.082 reconhecidos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018. Este valor será devolvido à Companhia pelo Estado em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a primeira parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplemento por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Até 30 de junho de 2018 foram recebidos R\$46.290, correspondentes a duas parcelas, permanecendo um saldo a receber de R\$248.100 reconhecidos no ativo não circulante, em decorrência dos atrasos nas parcelas vencidas desde janeiro de 2018. A Administração da Companhia entende que não incorrerá em perdas na realização desses recebíveis, tendo em vista inclusive as garantias mencionadas acima, que a Companhia pretende executar em caso de não recebimento do valor acordado no termo de reconhecimento de débitos.

12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígios, relativos às obrigações fiscais, referem-se à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Trabalhista	332.362	303.699	37.737	35.270
Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	27.418	26.861	255	244
PASEP/COFINS (1)	1.374.109	1.337.086	-	-
ITCD	50.031	48.981	49.592	48.541
IPTU	85.425	79.505	68.947	68.675
FINSOCIAL	37.978	37.170	37.978	37.170
IR/INSS - Indenização do Anuênio (2)	271.520	267.432	13.057	12.853
IRRF sobre Lucro Inflacionário	8.359	-	8.359	-
Outros	86.593	116.585	21.335	31.252
	1.941.433	1.913.620	199.523	198.735
Outros				
Regulatório	54.008	60.243	30.395	29.589
Responsabilidade Civil	11.394	16.094	6.028	5.811
Relações de Consumo	6.427	6.204	1.537	1.561
Bloqueio Judicial	13.194	14.358	4.323	5.515
Outros	21.558	21.414	1.333	1.310
	106.581	118.313	43.616	43.786
	2.380.376	2.335.632	280.876	277.791

- (1) Depósito judicial relativo ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PASEP/COFINS;
(2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões (Indenização do Anuênio);

Inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS

Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base dessas contribuições. As controladas Cemig D e Cemig GT obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e mantiveram esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuarem a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos as controladas adotaram os seguintes procedimentos:

- A Cemig GT reverteu a provisão no montante de R\$101.233, com efeito no lucro líquido do exercício de 2017, registrada como reversão de deduções à receita, no 4º trimestre daquele ano, remanescendo um depósito judicial no montante de R\$186.784.
- A Cemig D, realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Mais detalhes nota explicativa nº 19.

13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 30 de junho de 2018, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$458.321 (R\$401.695 em 30 de junho de 2017). Deste valor, a Cemig D tem a receber R\$82.470 (R\$73.345 em 31 de dezembro de 2017) e a Cemig GT R\$3.357 (R\$3.741 em 31 de dezembro de 2017), reconhecidos no ativo circulante.

14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Consolidado	30/06/2018	31/12/2017
Ativos Relacionados à Infraestrutura (1)		
Concessões de Distribuição	384.341	369.762
Indenização a Receber – transmissão (1.1)	1.822.294	1.928.038
Concessões de Transmissão – ativos remunerados por tarifa (1.2)	552.019	547.800
Indenizações a Receber – geração (1.3)	1.935.220	1.900.757
Bonificação pela Outorga – Concessões de geração (1.4)	2.371.831	2.337.135
	7.065.705	7.083.492
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (2)	777.138	369.010
Total	7.842.843	7.452.502
Ativo Circulante	565.281	847.877
Ativo Não Circulante	7.277.562	6.604.625

Passivos Financeiros da Concessão - consolidado	30/06/2018	31/12/2017
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (2)	23.046	414.800
Passivo Circulante	16.751	414.800
Passivo Não Circulante	6.295	-

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.287.511	2.800.389	216.107	5.304.007
Adições	156.280	-	-	156.280
Transferência do imobilizado da Usina não Renovada UHE Volta Grande	-	70.252	-	70.252
Baixas	(380)	-	(15)	(395)
Recebimentos	(8.890)	(111.228)	-	(120.118)
Transferência entre Imobilizado/Ativo Financeiro/Intangível	-	-	34.789	34.789
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	-	-	1.511	1.511
Atualização Financeira	120.600	150.477	-	271.077
Saldo em 30 de junho de 2017	2.555.121	2.909.890	252.392	5.717.403
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.475.838	4.237.892	369.762	7.083.492
Adições	4.732	-	-	4.732
Recebimentos	(262.341)	(122.284)	-	(384.625)
Transferências entre Imobilizado/Ativo Financeiro/Intangível	(106)	-	11.302	11.196
Outras transferências	-	-	269	269
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	9.671	-	3.066	12.737
Atualização Financeira	146.519	191.443	-	337.962
Baixas	-	-	(58)	(58)
Saldo em 30 de junho de 2018	2.374.313	4.307.051	384.341	7.065.705

1) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição e transmissão de energia elétrica e distribuição de gás das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

1.1) Transmissão - Indenização a Receber

Os contratos de concessão de transmissão da Cemig GT estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

Em 22 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização. A Portaria determinou, ainda, que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas ("RAP").

Em 16 de agosto de 2016, a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT, que foi registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros específicos, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 30 de junho de 2018, no montante de R\$1.822.294 (R\$1.928.038 em 31 de dezembro de 2017), corresponde aos créditos abaixo:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017, no valor de R\$964.679 (R\$992.802 em 31 de dezembro de 2017) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$385.259 em 30 de junho de 2018 (R\$316.138 em 31 de dezembro de 2017), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito de receber os devidos valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 30 de junho de 2018.

Ajuste da BRR dos ativos de transmissão – Nota Técnica Aneel nº 183/2017

A Aneel julgou devido o pleito da Companhia relativo à inclusão de alguns cabos condutores no cálculo tarifário e apurou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias de 23 de junho de 2009 e 08 de junho de 2010. Os novos valores calculados dos referidos condutores na Base de Remuneração de Ativos para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 foram atualizados, tendo sido apurado o valor total de R\$149.255, a preços de julho de 2017, recebido pela Cemig GT em doze meses via RAP até junho de 2018.

Saldo remanescente a ser recebido através da RAP

O saldo remanescente, no valor de R\$472.356 em 30 de junho de 2018 (R\$544.471 em 31 de dezembro de 2017), foi incorporado à Base de Remuneração de Ativos e está sendo recuperado via RAP.

A Companhia tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referentes à indenização dos ativos de transmissão.

1.2) Transmissão – Ativos remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 30 de junho de 2018, o saldo a receber é de R\$552.019 (R\$547.800 em 31 de dezembro de 2017).

1.3) Geração - Indenização a Receber

Usinas operadas em regime de cotas a partir de 1º de janeiro de 2016

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no Contrato de Concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), estão reconhecidos no Ativo Financeiro e montam R\$816.411 em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D:				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras:				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	2.258	2.920
		3.601,70	204.041	816.411

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à ANEEL e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

Em 30 de junho de 2018, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.920 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Anel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

Usinas Miranda e São Simão – projetos básicos

Os valores do Projeto Básico das usinas Miranda e São Simão foram transferidos para a conta de indenização a receber e atualizados monetariamente pela variação da SELIC, em conformidade com os termos da Portaria nº 291/17 do Ministério de Minas e Energia – MME, conforme demonstrado a seguir:

Usinas	Miranda	São Simão	Total
Término da concessão	dez/16	jan/15	
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico com base no Custo Atribuído em 31/12/2017	609.995	202.744	812.739
Ajuste (1)	174.157	40.855	215.012
Valores Portaria MME	784.152	243.599	1.027.751
Atualização	25.373	31.222	56.595
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 31/12/17	809.525	274.821	1.084.346
Atualização	25.729	8.734	34.463
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 30/06/18	835.254	283.555	1.118.809

(1) Ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17.

A Cemig GT está discutindo junto ao Ministério de Minas e Energia os critérios utilizados para a definição dos valores informados na Portaria nº 291/17, bem como a data de pagamento, tendo em vista que a citada Portaria estabeleça que o pagamento da indenização deverá ser realizado pela União até 31 de dezembro de 2018, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira.

1.4) Bonificação pela outorga – Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes a 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015 vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE's, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	84.877	(65.703)	1.349.308
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	26.758	(20.721)	423.430
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	11.237	(8.809)	158.022
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	8.372	(6.558)	118.524
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	11.680	(9.227)	154.623
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	8.746	(7.007)	104.872
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	5.310	(4.259)	63.052
Total		2.337.135	156.980	(122.284)	2.371.831

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.283.197	80.959	(59.763)	1.304.393
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	402.639	25.530	(18.847)	409.322
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	149.904	10.825	(8.013)	152.716
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	112.447	8.060	(5.965)	114.542
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	146.553	11.320	(8.393)	149.480
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	99.315	8.573	(6.373)	101.515
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.710	5.210	(3.874)	61.046
Total		2.253.765	150.477	(111.228)	2.293.014

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo reconhecida como um ativo financeiro em função do direito incondicional de receber o valor pago com atualização pelo IPCA mais juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão. A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

2) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2018			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	2.620.955	1.242.387	3.863.342	381.588	2.330.978	2.712.566
Ativo circulante	2.620.955	110.267	2.731.222	381.588	1.379.162	1.760.750
Ativo não circulante	-	1.132.120	1.132.120	-	951.816	951.816
Passivo	(2.609.057)	(500.193)	(3.109.250)	(796.388)	(1.961.968)	(2.758.356)
Passivo circulante	(2.602.762)	(127.018)	(2.729.780)	(796.388)	(1.220.637)	(2.017.025)
Passivo não circulante	(6.295)	(373.175)	(379.470)	-	(741.331)	(741.331)
Total circulante líquido	18.193	(16.751)	1.442	(414.800)	158.525	(256.275)
Total não circulante líquido	(6.295)	758.945	752.650	-	210.485	210.485
Total líquido	11.898	742.194	754.092	(414.800)	369.010	(45.790)

Componentes Financeiros	30/06/2018			31/12/2017		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	(61)	48.335	48.274	(154.234)	(89.414)	(243.648)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	52.907	37.073	89.980	9.058	23.448	32.506
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	4.888	4.462	9.350	2.332	1.306	3.638
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	6.972	-	6.972	(5.148)	1.513	(3.635)
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	(555.088)	(52.761)	(607.849)	(40.105)	(586.413)	(626.518)
Energia elétrica comprada para revenda (1)	1.487.358	695.912	2.183.270	(90.616)	1.326.263	1.235.647
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia	(530.546)	165.400	(365.146)	8.357	(211.337)	(202.980)
Neutralidade da parcela A	116.617	1.206	117.823	(30.581)	74.076	43.495
Outros itens financeiros	(519.118)	(66.720)	(585.838)	(111.825)	-	(111.825)
Bandeiras tarifárias (2)	-	(76.607)	(76.607)	-	(134.008)	(134.008)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos (3)	(52.031)	(14.106)	(66.137)	(2.038)	(36.424)	(38.462)
TOTAL	11.898	742.194	754.092	(414.800)	369.010	(45.790)

(1) O montante de CVA Energia constituída em 2018 após a Revisão Tarifária, para inclusão no reajuste de 2019, se deve principalmente ao aumento das despesas com compra de energia e cobertura do risco hidrológico, tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado atacadista e a operação das usinas termelétricas, em função do baixo nível dos reservatórios.

(2) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

(3) A partir de março de 2017 os valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais, conforme PRORET 2.1A, e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(407.250)
Constituição líquida de passivos financeiros	1.297
Realização	(333.193)
Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(145.502)
Atualização Selic	(28.080)
Saldo em 30 de junho de 2017	(912.728)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(45.790)
Constituição líquida de ativos financeiros	742.106
Realização	326.943
Outros – Ressarcimento P&D	(114.782)
Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(165.671)
Atualização Selic	11.286
Saldo em 30 de junho de 2018	754.092

Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a junho de 2018, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$165.671 (R\$145.502 de janeiro a junho de 2017) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

15. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Controle	Consolidado		Controladora	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	4.860.721	4.793.832
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	48.346	57.957	-	-
Guanhães Energia	Controlada em conjunto	59.608	25.018	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	28.177	26.023	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	165.700	157.773	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	635.489	576.704	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	457.410	534.761	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	516.571	582.504	-	-
Lightger	Controlada em conjunto	41.361	40.832	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	160.952	148.422	-	-
Renova	Controlada em conjunto	193.432	282.524	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.280.382	1.242.170	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	Controlada em conjunto	54.015	60.101	-	-
Central Eólica Volta do Rio	Controlada em conjunto	54.089	67.725	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	Controlada em conjunto	45.821	50.569	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	964.978	866.554	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Controlada em conjunto	3.621	3.699	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	4.326.406	3.737.310
Light	Controlada em conjunto	1.471.649	1.534.294	1.039.507	1.083.140
TAESA	Controlada em conjunto	1.111.914	1.101.462	1.111.914	1.101.462
Cemig Telecom (3)	Controlada	-	-	-	247.313
Ativas Data Center	Coligada	16.988	17.450	16.988	-
Gasmig	Controlada	-	-	1.398.287	1.418.271
Rosal Energia	Controlada	-	-	118.060	106.897
Sá Carvalho	Controlada	-	-	99.963	102.536
Horizontes Energia	Controlada	-	-	56.754	53.165
Usina Térmica Ipatinga	Controlada	-	-	4.724	4.932
Cemig PCH	Controlada	-	-	96.218	96.944
LEPSA (1)	Controlada	-	-	437.204	455.861
RME	Controlada em conjunto	367.103	383.233	367.103	383.233
UTE Barreiro	Controlada	-	-	18.102	17.982
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	Controlada	-	-	26.815	18.403
Efficientia	Controlada	-	-	16.653	7.084
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Controlada	-	-	2.212	2.004
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Controlada em conjunto	18.226	20.584	18.226	20.584
Cemig Trading	Controlada	-	-	27.782	29.206
Axxiom Soluções Tecnológicas	Controlada em conjunto	7.720	11.866	7.720	11.866
Cemig Overseas (2)	Controlada	-	-	193	158
Total do Investimento		7.703.552	7.792.225	14.051.552	13.692.183

- 1) Em 30 de novembro de 2017, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da LEPSA, passando, então, a consolidar as informações financeiras desta controlada, cujo único ativo são as ações ordinárias e preferenciais da Light. Desta forma, a Companhia deixa de apresentar em suas demonstrações financeiras consolidadas o investimento anteriormente detido na LEPSA, passando a apresentar somente a participação detida na Light;
- 2) Empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior. Em 30 de junho de 2018, a Empresa não possui operações;
- 3) Em 31 de março de 2018 a Cemig Telecom foi incorporada pela Companhia.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção das participações na usina de Santo Antônio e Ativas Data Center, coligadas com influência significativa.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Controladora	31/12/2016	Amortização	30/06/2017	31/12/2017	Amortização	30/06/2018
Cemig Geração e Transmissão	303.937	(6.852)	297.085	285.768	(6.671)	279.097
Retiro Baixo	29.525	(592)	28.933	28.344	(591)	27.753
Central Eólica Praias de Parajuru	19.341	(764)	18.577	16.503	(707)	15.796
Central Eólica Volta do Rio	13.807	(504)	13.303	11.035	(436)	10.599
Central Eólica Praias de Morgado	27.406	(1.028)	26.378	23.956	(972)	22.984
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	157.340	(2.978)	154.362	151.384	(2.979)	148.405
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	56.518	(986)	55.532	54.546	(986)	53.560
TAESA	288.146	(6.780)	281.366	188.745	(4.660)	184.085
Light	208.800	(11.180)	197.620	186.437	(11.181)	175.256
Gasmig	207.498	(3.956)	203.542	199.586	(3.955)	195.631
LEPSA	48.429	(2.532)	45.897	-	-	-
RME	48.429	(2.532)	45.897	43.365	(2.532)	40.833
TOTAL GERAL	1.105.239	(33.832)	1.071.407	903.901	(28.999)	874.902

Consolidado	31/12/2016	Amortização	30/06/2017	31/12/2017	Amortização	30/06/2018
TAESA	288.146	(6.780)	281.366	188.745	(4.660)	184.085
Light	208.800	(11.180)	197.620	186.437	(11.181)	175.256
Gasmig	207.498	(3.956)	203.542	199.586	(3.955)	195.631
LEPSA	48.429	(2.532)	45.897	-	-	-
RME	48.429	(2.532)	45.897	43.365	(2.532)	40.833
TOTAL	801.302	(26.980)	774.322	618.133	(22.328)	595.805

b) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2017	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	30/06/2018
Cemig Geração e Transmissão	4.793.832	66.889	-	-	-	-	4.860.721
Cemig Distribuição (2)	3.737.310	128.172	-	-	560.000	(99.076)	4.326.406
Cemig Telecom (1)	247.313	4.778	(416)	-	-	(251.675)	-
Ativas Data Center (1)	-	(128)	-	-	-	17.116	16.988
Rosal Energia	106.897	9.958	-	(16.342)	-	17.547	118.060
Sá Carvalho	102.536	13.574	-	(16.147)	-	-	99.963
Gasmig	1.418.271	61.324	-	(81.308)	-	-	1.398.287
Horizontes Energia	53.165	11.604	-	(8.015)	-	-	56.754
Usina Térmica Ipatinga	4.932	106	-	(314)	-	-	4.724
Cemig PCH	96.944	15.396	-	(16.122)	-	-	96.218
LEPSA (2)	455.861	6.389	-	(2.963)	-	(22.083)	437.204
RME (2)	383.233	1.635	-	(1.200)	-	(16.565)	367.103
UTE Barreiro	17.982	120	-	-	-	-	18.102
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	18.403	26.232	-	(17.820)	-	-	26.815
Efficientia	7.084	730	-	(231)	9.070	-	16.653
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	2.004	428	-	(220)	-	-	2.212
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	2.446	-	(4.804)	-	-	18.226
Light (2)	1.083.140	8.202	-	(7.689)	-	(44.146)	1.039.507
Cemig Trading	29.206	26.582	-	(28.006)	-	-	27.782
Axiom Soluções Tecnológicas	11.866	(4.146)	-	-	-	-	7.720
Taesa	1.101.462	100.028	-	(89.576)	-	-	1.111.914
Cemig Overseas	158	-	-	-	35	-	193
	13.692.183	480.319	(416)	(290.757)	569.105	(398.882)	14.051.552

(1) A movimentação incluída na coluna de "Outros" decorre da incorporação da Cemig Telecom em Março/2018. Vide nota explicativa nº 1.

(2) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre dos impactos oriundos da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2018 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período. Vide nota explicativa nº 2.2.

Adiantamento para futuro aumento de capital na Cemig D

Em 11 de dezembro de 2017 e 08 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia, autorizou a transferência, à Cemig Distribuição, dos montantes de até R\$1.600.000 e R\$600.000, respectivamente, totalizando R\$2.200.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em futura Assembleia Geral Extraordinária.

Em 30 de junho de 2018, o total repassado é de R\$2.060.000.

Consolidado	31/12/2017	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	30/06/2018
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	2.446	(4.804)	-	-	18.226
Light (1)	1.534.294	15.107	(11.532)	-	(66.220)	1.471.649
Axiom Soluções Tecnológicas	11.866	(4.146)	-	-	-	7.720
RME (1)	383.233	1.635	(1.200)	-	(16.565)	367.103
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	6.739	(16.350)	-	-	48.346
Guanhães Energia	25.018	(299)	-	34.889	-	59.608
Hidrelétrica Pipoca	26.023	3.357	(1.203)	-	-	28.177
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	534.761	(77.435)	-	84	-	457.410
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	582.504	(65.933)	-	-	-	516.571
Lightger	40.832	2.308	(1.779)	-	-	41.361
Baguari Energia	148.422	16.088	(3.558)	-	-	160.952
Central Eólica Praias de Parajuru	60.101	(6.086)	-	-	-	54.015
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(13.636)	-	-	-	54.089
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(4.748)	-	-	-	45.821
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	866.554	28.243	-	70.181	-	964.978
Ativas Data Center	17.450	(891)	-	-	429	16.988
Taesa	1.101.462	100.028	(89.576)	-	-	1.111.914
Renova	282.524	(89.092)	-	-	-	193.432
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.477)	-	3.399	-	3.621
Aliança Geração	1.242.170	38.212	-	-	-	1.280.382
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	576.704	17.420	-	41.365	-	635.489
Retiro Baixo	157.773	7.927	-	-	-	165.700
Total do Investimento	7.792.225	(26.233)	(130.002)	149.918	(82.356)	7.703.552

(1) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre dos impactos oriundos da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2018 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período. Vide nota explicativa nº 2.2.

Controladora	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes	Outros	30/06/2017
Cemig Geração e Transmissão	4.583.195	530.551	(33.852)	-	100.000	-	5.179.894
Cemig Distribuição	2.499.867	(191.095)	-	-	-	-	2.308.772
Cemig Telecom	191.515	(97)	(680)	-	-	-	190.738
Rosal Energia	141.038	(9.363)	-	(30.968)	-	-	100.707
Sá Carvalho	106.111	17.071	-	(18.631)	-	-	104.551
Gasmig	1.419.492	54.844	-	(98.079)	-	-	1.376.257
Horizontes Energia	52.396	6.878	-	(7.818)	-	-	51.456
Usina Térmica Ipatinga	4.009	191	-	-	-	-	4.200
Cemig PCH	91.969	9.133	-	(10.065)	-	-	91.037
LEPSA	343.802	(4.508)	(1.876)	-	-	(127)	337.291
RME	340.063	(4.591)	(1.815)	-	-	(127)	333.530
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	2.627	-	(1.265)	-	-	22.950
UTE Barreiro	39.266	(2.769)	-	924	-	-	37.421
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	2.044	-	-	-	-	22.549
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	20.154	17.877	-	(19.570)	-	-	18.461
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	2.359	-	-	-	-	26.311
Efficientia	4.868	2.804	-	(1.171)	-	1	6.502
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.867	338	-	-	-	-	2.205
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	2.532	-	(1.346)	-	-	22.357
Light	1.070.477	(30.740)	(5.442)	-	-	-	1.034.295
Cemig Trading	28.635	28.120	-	(27.435)	-	-	29.320
Axiom Soluções Tecnológicas	19.264	(4.437)	-	-	-	-	14.827
Taesa	1.582.633	81.856	-	(111.297)	-	-	1.553.192
Cemig Overseas	20	-	-	-	111	-	131
	12.627.857	511.625	(43.665)	(326.721)	100.111	(253)	12.868.954

Consolidado	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	30/06/2017
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	2.627	-	(1.265)	-	-	22.950
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	2.044	-	-	-	-	22.549
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	2.359	-	-	-	-	26.311
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	2.532	-	(1.346)	-	-	22.357
Light	1.070.477	(30.740)	(5.442)	-	-	-	1.034.295
Axxiom Soluções Tecnológicas	19.264	(4.437)	-	-	-	-	14.827
LEPSA	343.802	(4.508)	(1.876)	-	-	(127)	337.291
RME	340.063	(4.591)	(1.815)	-	-	(127)	333.530
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	6.396	-	(2.641)	-	-	54.166
Guanhães Energia (1)	-	(2.081)	-	-	78.641	(59.071)	17.489
Hidrelétrica Pipoca	31.809	2.716	-	(1.284)	-	-	33.241
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(48.633)	-	-	-	-	595.257
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(42.517)	-	-	-	-	634.665
Lightger	41.543	3.530	-	(642)	-	-	44.431
Baguari Energia	162.106	12.529	-	(5.752)	-	1	168.884
Central Eólica Praias de Parajuru	63.307	(1.125)	-	(406)	-	-	61.776
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(4.054)	-	-	-	-	77.174
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(2.830)	-	-	-	-	56.756
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	6.194	-	-	55.941	-	843.157
Ativas Data Center	17.741	(1.491)	-	-	-	2.003	18.253
Taesa	1.582.633	81.856	-	(111.297)	-	-	1.553.192
Renova	688.625	36.553	(33.852)	-	18.000	-	709.326
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-	-	-	-	-	2.782
Aliança Geração	1.319.055	39.043	-	(51.576)	-	-	1.306.522
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	2.304	-	-	33.649	-	563.451
Retiro Baixo	161.848	6.442	-	-	-	-	168.290
Total do Investimento	8.753.088	60.118	(42.985)	(176.209)	186.231	(57.321)	8.722.922
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	8.694.017	60.118	(42.985)	(176.209)	186.231	1.750	8.722.922

(1) Transferência do passivo a descoberto;

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	30/06/2018			31/12/2017		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	4.860.721	100,00	1.837.710	4.793.832
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	98.665	49,00	35.000	118.280
Guanhães Energia	358.511.000	49,00	386.139	121.650	49,00	330.536	51.058
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	57.504	49,00	41.360	53.108
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	276.447	49,90	222.850	257.880
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	39.919.934.434	49,00	1.203.675	1.187.611	49,00	1.119.255	1.065.628
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	9.546.672	4.552.760	18,13	9.546.672	5.327.114
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	84.410	49,00	79.232	83.331
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	231.961	69,39	186.573	213.895
Renova	417.197.244	36,23	2.919.019	534.119	36,23	2.919.019	779.808
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.970.945	45,00	1.291.488	1.857.905
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	77.999	49,00	70.560	88.976
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	88.752	49,00	117.230	115.694
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	46.605	49,00	52.960	54.312
Amazônia Energia (1) (Usina de Belo Monte)	1.281.030.446	74,50	1.323.660	1.295.273	74,50	1.229.600	1.163.160
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	17.014.114	49,00	18.038	7.390	49,00	11.102	7.549
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.771.998	4.326.406	100,00	2.771.998	3.737.310
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.330.378	26,06	2.225.822	3.461.971
Cemig Telecom (2)	-	-	-	-	100,00	292.399	247.313
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	100.071	-	-	-
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	118.060	100,00	46.944	106.897
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	99.963	100,00	36.833	102.536
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	952.739	99,57	665.429	1.223.948
Horizontes Energia	39.257.563	100,00	39.258	56.754	100,00	39.258	53.165
Usina Térmica Ipatinga	174.281	100,00	174	4.724	100,00	174	4.932
Cemig PCH	35.952.000	100,00	35.952	96.218	100,00	35.952	96.944
LEPSA	1.379.839.905	100,00	406.341	439.069	100,00	406.341	455.861
RME	1.365.421.406	75,00	403.040	436.891	75,00	403.040	453.157
UTE Barreiro	16.902.000	100,00	16.902	18.102	100,00	16.902	17.982
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	26.815	100,00	486	18.403
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	16.653	100,00	6.052	7.084
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.000.000	100,00	1.000	2.206	100,00	1.000	2.004
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	35.737	51,00	28.000	40.361
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	27.782	100,00	1.000	29.206
Axiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	46.600	15.756	49,00	46.600	24.216
TAESA	1.033.496.721	21,68	3.042.034	4.410.910	21,68	3.042.034	4.346.746

- 1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;
- 2) Em 31 de março de 2018, a Cemig Telecom foi incorporada pela Companhia.

Em 30 de junho de 2018, algumas controladas em conjunto apresentaram passivo circulante superior ao ativo circulante ou prejuízos acumulados relevantes, conforme segue:

Madeira Energia S.A. (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$1.749.729, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, e “Empréstimos e financiamentos”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a readequação do fluxo de pagamentos do serviço da dívida junto ao BNDES e bancos repassadores, liberação de recursos da conta reserva destinados a esses pagamentos, que serão substituídos por fiança bancária e com geração operacional de caixa.

Renova Energia S.A. (“Renova”): No período findo em 30 de junho de 2018, a Renova Energia apresentou prejuízo de R\$245.689, prejuízos acumulados de R\$2.440.279, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$59.190, e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos, inclusive de construção dos parques eólicos e solares.

Diante deste cenário, a Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa e está trabalhando conjuntamente com seus sócios controladores em um novo plano de reestruturação, visando equacionar a estrutura de capital e honrar os seus compromissos.

A Administração da Renova entende que, com o sucesso das medidas adotadas, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez.

Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova em 30 de junho de 2018.

A Administração da Companhia efetuou a análise dos indicativos de impairment, a qual não resultou em nenhum impacto e/ou ajustes em suas informações contábeis intermediárias.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (“MESA”) e do FIP Melbourne

A Companhia possui participação indireta de 18,13% na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$973.981 em 30 de junho de 2018 (R\$1.117.265 em 31 de dezembro de 2017).

A MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituído pelos referidos gastos totalizava, em 30 de junho de 2018, R\$21.202.427 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, estão sendo absorvidos por meio das receitas, sendo que todas as unidades geradoras da Usina estão em operação.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia e sua controlada Cemig GT.

FID (Fator de Disponibilidade)

Em 31 de julho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da SAESA de antecipação da tutela recursal para suspender a exigência da aplicação do Fator de Disponibilidade (FID) em relação às unidades geradoras da UHE Santo Antônio não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Referida decisão, que determinava à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e à Câmara Comercializadora de Energia Elétrica – CCEE que adotassem os procedimentos necessários à eficácia de tal decisão nas contabilizações e liquidações da referida Câmara, foi suspensa pelo STJ e em seguida foi reestabelecida, após deferimento da medida liminar em Reclamação Constitucional no STF. No entanto, em 10 de abril de 2018 o STF negou seguimento a Reclamação Constitucional, reestabelecendo os efeitos da decisão proferida pelo STJ. Em face da decisão do STF, a CCEE, após autorização da ANEEL, concordou com o parcelamento do débito referente ao Fator de Indisponibilidade, no valor de aproximadamente R\$738.000, que foi registrado no passivo da SAESA na rubrica de Fornecedores, nos seguintes termos: (a) 36 parcelas iguais, acrescidas de atualização monetária e juros; (b) o parcelamento será iniciado na contabilização da CCEE de julho de 2018, com liquidação financeira prevista para o dia 05 de setembro de 2018.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo através da qual a Cemig GT possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, que resulta em situação de capital circulante líquido negativo de R\$2.324.202 em 30 de junho de 2018. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e conseqüente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da investida em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de junho de 2018 é de R\$616.000.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer conseqüências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015 levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Investimento na Renova Energia S.A. (“Renova”)

Negociações Alto Sertão III

Em 23 de fevereiro de 2018, a Renova recebeu da Brookfield Energia Renovável S.A. (“BER”), uma proposta vinculante para a aquisição dos ativos de todo o Complexo de Alto Sertão III, bem como de, aproximadamente, 1,1 GW em determinados projetos eólicos em desenvolvimento. Em 27 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Renova aprovou a proposta recebida e concedeu um novo período de exclusividade à BER de até 60 (sessenta) dias para finalização dos documentos da transação.

Em 10 de maio de 2018, a Renova comunicou o encerramento das negociações com a BER envolvendo a venda de ativos, uma vez que não se chegou a um acordo com relação aos termos finais da transação.

Em 17 de julho de 2018, a Renova informou que recebeu, de diversos investidores, propostas não vinculantes para aquisição do ativo e que tais propostas estão em processo de *due diligence*. Também informou que não foi concedida exclusividade a qualquer um dos interessados.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 19 de janeiro de 2018, a Renova respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado a investigação que está sendo conduzida por essa Autoridade Policial em determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Renova, incluindo a Cemig GT, e aportes efetuados pela mesma em determinados projetos em desenvolvimento em anos anteriores. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente.

Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por um conselheiro independente, pelo presidente do Conselho Fiscal e pelo presidente do Conselho de Administração, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharão a investigação interna. A Cemig GT, através dos seus órgãos de governança e controle, acompanha o desenvolvimento das investigações, além de estar em processo de avaliação dos procedimentos e controles internos executados pela Companhia na época em que os eventos objeto de indagação por parte das autoridades policiais ocorreram.

Os trabalhos de investigação interna estão em andamento e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas informações contábeis intermediárias da Renova e da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2018.

Proposta não vinculativa da Taesa para o Centroeste

Em 16 de maio de 2018, a Companhia recebeu uma proposta não vinculante da Taesa para aquisição de 51% de participação acionária da Cemig na Companhia Centroeste de Minas Gerais S.A. – Centroeste, a qual encontra-se sob análise da Administração.

Descruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp

Em 17 de maio de 2018, foi celebrado, entre a controlada Cemig GT e a Energimp S.A. (“Energimp”), documento denominado “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças” referente ao descruzamento das participações societárias atualmente detidas conjuntamente pela Cemig GT e pela Energimp nas empresas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”), Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) e Central Eólica Praia de Morgado S.A. (“Morgado”).

O descruzamento de ativos será efetuado de forma que a totalidade das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social de Parajuru e de Volta do Rio passe a ser de titularidade integral da controlada Cemig GT e a totalidade das ações representativas do capital social de Morgado passe a ser de titularidade integral e exclusiva da Energimp.

O descruzamento foi aprovado pelo órgão de defesa da concorrência, CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), e encontra-se em processo de aprovação pelo banco financiador.

16. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	224.921	(14.899)	210.022	224.924	(13.652)	211.272
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.281.570	(2.090.870)	1.190.700	3.284.948	(2.051.372)	1.233.576
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.117.019	(794.684)	322.335	1.116.990	(785.628)	331.362
Máquinas e Equipamentos	2.251.004	(1.660.519)	590.485	2.935.643	(2.062.092)	873.551
Veículos	31.629	(26.368)	5.261	28.816	(25.711)	3.105
Móveis e Utensílios	16.115	(12.392)	3.723	16.109	(12.714)	3.395
	6.922.258	(4.599.732)	2.322.526	7.607.430	(4.951.169)	2.656.261
Em Curso	98.388	-	98.388	106.049	-	106.049
Imobilizado Líquido	7.020.646	(4.599.732)	2.420.914	7.713.479	(4.951.169)	2.762.310

Controladora	30/06/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	82	-	82	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	408	(293)	115	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	5.841	(4.393)	1.448	3.627	(2.289)	1.338
Móveis e Utensílios	2.240	(1.838)	402	657	(644)	13
	8.571	(6.524)	2.047	4.284	(2.933)	1.351
Em Curso						
Ativos em Formação	459	-	459	459	-	459
Imobilizado Líquido - Controladora	9.030	(6.524)	2.506	4.743	(2.933)	1.810

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Depreciação	Transferência p/ mantidos para venda	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 30/06/2018
Em Serviço							
Terrenos	211.272	-	(3)	(1.247)	-	-	210.022
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.233.576	-	(2.575)	(40.447)	-	146	1.190.700
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	331.362	-	(237)	(9.358)	-	568	322.335
Máquinas e Equipamentos	873.551	-	(5.095)	(41.444)	(255.758)	19.231	590.485
Veículos	3.105	-	-	(666)	-	2.822	5.261
Móveis e Utensílios	3.395	-	-	(169)	-	497	3.723
	2.656.261	-	(7.910)	(93.331)	(255.758)	23.264	2.322.526
Em Curso	106.049	26.272	(1.152)	-	-	(32.781)	98.388
Imobilizado Líquido	2.762.310	26.272	(9.062)	(93.331)	(255.758)	(9.517)	2.420.914

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas Jaguará, Miranda e Volta Grande (1)	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 30/06/2017
Em Serviço							
Terrenos	278.650	-	(61.287)	-	(4.686)	-	212.677
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.761.013	-	(440.923)	(3)	(44.579)	639	1.276.147
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	418.480	-	(68.971)	-	(9.859)	463	340.113
Máquinas e Equipamentos	1.171.189	-	(298.058)	(4.720)	(47.611)	57.989	878.789
Veículos	4.230	-	-	-	(563)	-	3.667
Móveis e Utensílios	3.408	-	-	-	(203)	57	3.262
	3.636.970	-	(869.239)	(4.723)	(107.501)	59.148	2.714.655
Em Curso	138.106	31.364	(130)	(1.814)	-	(59.148)	108.378
Imobilizado Líquido	3.775.076	31.364	(869.369)	(6.537)	(107.501)	-	2.823.033

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Incorporação Telecom (2)	Transferência p/ mantidos para venda	Transferências (2)	Depreciação	Baixa	Saldo em 30/06/2018
Em Serviço							
Terrenos	-	82	-	-	-	-	82
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	116	-	-	(1)	-	115
Máquinas e Equipamentos	1.338	262.138	(255.758)	-	(5.802)	(468)	1.448
Móveis e Utensílios	13	405	-	-	(16)	-	402
	1.351	262.741	(255.758)	-	(5.819)	(468)	2.047
Em Curso	459	9.025	-	(9.025)	-	-	459
Imobilizado Líquido - Controladora	1.810	271.766	(255.758)	(9.025)	(5.819)	(468)	2.506

(1) Valores transferidos para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguará e Miranda, no montante de R\$799.117 e para Ativos Financeiros da Concessão, referentes à Usina Volta Grande, no montante de R\$70.252.

(2) Refere-se à incorporação da subsidiária integral Cemig Telecom. O valor de R\$9.025 foi transferido para a conta estoque. Mais detalhes vide nota explicativa nº 1.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,10% para o primeiro semestre de 2018. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos são revisadas anualmente pela Administração.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Cemig GT. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Consórcio

A Cemig GT participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Cemig GT no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de Ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/06/2018	31/12/2017
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	4,03	217.210	217.109
Depreciação acumulada	-	-	(95.018)	(90.649)
Total em operação			122.192	126.460
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	240	340
Total em construção			240	340

17. INTANGÍVEIS

A composição do saldo em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Consolidado	30/06/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.749	(2.327)	9.422	11.749	(1.990)	9.759
Concessão Onerosa	19.169	(11.591)	7.578	19.169	(11.251)	7.918
Ativos de Concessão	18.146.605	(7.714.250)	10.432.355	17.837.687	(7.402.296)	10.435.391
Outros	75.676	(62.225)	13.451	81.721	(64.533)	17.188
	18.253.199	(7.790.393)	10.462.806	17.950.326	(7.480.070)	10.470.256
Em Curso	722.146	-	722.146	685.672	-	685.672
Intangível Líquido	18.975.345	(7.790.393)	11.184.952	18.635.998	(7.480.070)	11.155.928

Controladora	30/06/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Direito de uso de softwares	12.405	(8.004)	4.401	3.789	(3.748)	41
Marcas e Patentes	239	(239)	-	9	(7)	2
	12.644	(8.243)	4.401	3.798	(3.755)	43
Em Curso	2.329	-	2.329	2.415	-	2.415
Intangível Líquido	14.973	(8.243)	6.730	6.213	(3.755)	2.458

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Amortização	Transferência p/ mantidos para venda	Transferência (1)	Outras Transferências	Saldo em 30/06/2018
Em Serviço								
Com Vida Útil Definida								
Servidão	9.759	-	-	(337)	-	-	-	9.422
Concessão Onerosa	7.918	-	-	(340)	-	-	-	7.578
Ativos de Concessão	10.435.391	-	(5.197)	(328.997)	-	330.811	347	10.432.355
Outros	17.188	1.064	(112)	(2.795)	(6.947)	5.053	-	13.451
	10.470.256	1.064	(5.309)	(332.469)	(6.947)	335.864	347	10.462.806
Em Curso	685.672	383.898	(856)	-	-	(346.568)	-	722.146
Intangível Líquido - Consolidado	11.155.928	384.962	(6.165)	(332.469)	(6.947)	(10.704)	347	11.184.952

(1) O saldo residual das transferências, referem-se a saldos transferidos para o ativo financeiro.

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixa de Obrigações Especiais(1)	Usinas Jaguará, Volta Grande e Miranda	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/06/2017
Em Serviço								
Com Vida Útil Definida								
Servidão	10.434	-	-	-	-	(336)	-	10.098
Concessão Onerosa	8.597	-	-	-	-	(340)	-	8.257
Ativos de Concessão	9.247.923	-	17.069	-	(2.423)	(299.633)	787.778	9.750.714
Outros	17.430	-	-	(80)	-	(2.990)	737	15.097
	9.284.384	-	17.069	(80)	(2.423)	(303.299)	788.515	9.784.166
Em Curso	1.535.296	448.132	-	-	(5.296)	-	(823.304)	1.154.828
Intangível Líquido - Consolidado	10.819.680	448.132	17.069	(80)	(7.719)	(303.299)	(34.789)	10.938.994

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Incorporação Telecom (2)	Transferência p/ mantidos para venda	Transferência	Adição	Amortização	Saldo em 30/06/2018
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	41	11.716	(6.947)	101	-	(510)	4.401
Marcas e Patentes	2	-	-	-	-	(2)	-
	43	11.716	(6.947)	101	-	(512)	4.401
Em Curso	2.415	-	-	(101)	15	-	2.329
Intangível Líquido - Consolidado	2.458	11.716	(6.947)	-	15	(512)	6.730

- (1) A baixa de obrigação especial de restituição decorre dos valores apurados pelo processo de encerramento dos contratos de financiamento e concessão de subvenção do programa luz para todos, com recursos oriundos da conta de desenvolvimento energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à reserva global de reversão (RGR).
- (2) Em 31 de março a Cemig Telecom foi incorporada pela Companhia, vide nota explicativa nº 1.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida. Dentre as adições realizadas no período findo em 30 de junho de 2018, está contemplado R\$16.392 (R\$40.399 no primeiro semestre de 2017) a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 20.

A taxa de amortização média anual é de 3,85% no primeiro semestre de 2018. As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos por parte da Administração e refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos.

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

18. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Energia de curto prazo - CCEE	684.398	468.216
Encargos de uso da rede elétrica	136.964	153.146
Energia elétrica comprada para revenda	704.389	870.654
Itaipu binacional	274.236	240.220
Gás comprado para revenda	86.306	186.401
Materiais e serviços	266.383	424.120
	2.152.676	2.342.757

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES, VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições e Valores a Restituir a Consumidores

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Circulante				
ICMS (I)	138.678	496.916	2.043	-
COFINS	91.511	126.065	600	2.484
PASEP	19.861	27.154	119	484
INSS	18.981	19.522	2.312	1.913
Outros	18.174	34.915	1.472	960
	287.205	704.572	6.546	5.841
Não Circulante				
COFINS	24.312	24.216	-	-
PASEP	3.955	3.983	-	-
	28.267	28.199	-	-
	315.472	732.771	6.546	5.841
Valores a serem restituídos a consumidores				
Não circulante				
PASEP/COFINS (II)	1.105.572	1.087.230	-	-
	1.105.572	1.087.230	-	-

(I) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Em 2017 as controladas Cemig D e Cemig GT aderiram ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Cemig D ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT da Cemig D, no montante de R\$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, foi liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, atualizadas pela taxa de 50% da Selic, tendo sido a 6ª parcela quitada em 02 de abril de 2018.

- (II) As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo potencial relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Em 30 de junho de 2018 esse passivo é de R\$1.105.572 (R\$1.087.230 em 31 de dezembro de 2017), que equivale ao valor atualizado dos depósitos judiciais realizados, no montante de R\$1.129.612 (R\$1.110.376 em 31 de dezembro de 2017), líquido de PASEP/COFINS incidente sobre a sua receita de atualização no montante de R\$24.040 (R\$23.146 em 31 de dezembro de 2017). O passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica, mantendo a neutralidade tarifária. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo levantamento do depósito judicial e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL. Não ocorreram efeitos no resultado decorrentes desta questão.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		
Imposto de Renda	50.393	88.152
Contribuição Social	17.255	27.144
	67.648	115.296

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado			
				30/06/2018			31/12/2017
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.834	27.404	29.238	22.933
Eurobonds (2)	2024	9,25%	USD	29.139	3.855.800	3.884.939	3.333.149
KFW	2019	1,78%	EURO	4.936	-	4.936	4.383
(-) Custos de Transação				-	(15.566)	(15.566)	(15.400)
(-) Juros Pagos Antecipadamente				-	(46.312)	(46.312)	(47.690)
Dívida em Moeda Estrangeira				35.909	3.821.326	3.857.235	3.297.375
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2021	140,00% do CDI	R\$	124.665	617.622	742.287	742.364
Banco do Brasil S.A.	2022	146,50% do CDI	R\$	2.527	500.000	502.527	500.193
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	-	-	-	8.346
Caixa Econômica Federal	2022	146,50% do CDI	R\$	1.345	625.499	626.844	626.667
Eletrobrás	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	13.245	27.713	40.958	49.789
Grandes Consumidores	2024	Diversas	R\$	2.222	2.437	4.659	4.304
FINEP	2018	TJLP+5,00% e TJLP+8,00%	R\$	786	-	786	2.359
Consórcio Pipoca	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R\$	126.494	-	126.494	121.470
Sonda (3)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	44.005	44.005	41.993
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única (4)	2019	151,00% do CDI	R\$	6.114	400.000	406.114	-
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (6)				-	(13.321)	(13.321)	-
(-) Custos de Transação				(728)	(20.680)	(21.408)	(26.435)
Dívida em Moeda Nacional				276.855	2.183.275	2.460.130	2.071.235
Total de Empréstimos e Financiamento				312.764	6.004.601	6.317.365	5.368.610
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (2)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	149.006	-	149.006	301.065
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	21.934	977.097	999.031	1.010.202
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (2)	2018	CDI + 1,70%	R\$	731.386	-	731.386	703.021
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série (2)	2018	CDI + 1,60%	R\$	527.921	-	527.921	507.692
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (2)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	2.399	31.556	33.955	32.093
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	293.413	1.248.401	1.541.814	1.683.557
Debêntures - 3ª Emissão - 1ª Série (4)	2018	CDI + 0,69%	R\$	-	-	-	447.114
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	522.382	1.008.361	1.530.743	1.537.147
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	16.638	898.024	914.662	920.197
Debêntures - 4ª Emissão - Série Única (4)	2018	CDI + 4,05%	R\$	21.051	-	21.051	20.008
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (4)	2022	146,50% do CDI	R\$	5.681	1.574.999	1.580.680	1.576.220
Debêntures (5)	2018	CDI + 1,60%	R\$	100.309	-	100.309	100.328
Debêntures (5)	2018	CDI + 0,74%	R\$	-	-	-	33.350
Debêntures (5)	2022	TJLP+1,82% (75%) e Selic+1,82% (25%)	R\$	33.075	106.996	140.071	155.377
Debêntures (5)	2019	116,50% do CDI	R\$	100	50.000	50.100	50.330
Debêntures - 2ª Emissão - Série Única (3)	2019	128,50% do CDI	R\$	18.864	-	18.864	26.552
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (6)				(9.794)	-	(9.794)	(25.492)
(-) Custos de Transação				(6.482)	(36.628)	(43.110)	(49.674)
Total de Debêntures				2.427.883	5.858.806	8.286.689	9.029.087
Total Geral Consolidado				2.740.647	11.863.407	14.604.054	14.397.697

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora			
				30/06/2018			31/12/2017
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA NACIONAL							
Sonda (2)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	44.005	44.005	-
(-) Custos de Transação				-	(521)	(521)	-
Total de Empréstimos e Financiamento				-	43.484	43.484	-
Debêntures 2ª Emissão - Série Única (2)	2019	128,50% do CDI	R\$	18.864	-	18.864	-
(-) Custos de Transação				(211)	-	(211)	-
Total de Debêntures				18.653	-	18.653	-
Total Geral Controladora				18.653	43.484	62.137	-

- (1) Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$173.903, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$144.665. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;
- (2) Cemig Geração e Transmissão;
- (3) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom;
- (4) Cemig Distribuição;
- (5) Gasmig;
- (6) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide Nota explicativa nº 28.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Captações de recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única (1)	maio de 2018	2019	151% do CDI	400.000
(-) Custos de transação				(4.140)
Total de captações				395.860

(1) Em maio de 2018, ocorreu a 9ª Emissão de Notas Promissórias pela Cemig D, com o prazo de vigência de 1,5 ano, remuneração anual de 151% do CDI que será amortizada em parcela única em 24 de outubro de 2019. Os recursos líquidos oriundos da captação serão destinados para a recomposição do caixa da Companhia e reforço do seu capital de giro.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de junho de 2018, é garantido da seguinte forma:

	30/06/2018
Nota Promissória, Aval e Fiança	8.845.768
Recebíveis	3.952.964
Ações	1.642.990
Sem Garantia	162.332
TOTAL	14.604.054

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Moedas									
Euro	4.704	232	-	-	-	-	-	-	4.936
Dólar Norte-Americano	30.973	-	-	-	-	-	3.883.204	-	3.914.177
Total por Moedas	35.677	232	-	-	-	-	3.883.204	-	3.919.113
Indexadores									
IPCA (1)	70.053	658.269	834.875	834.148	556.719	224.506	224.506	224.506	3.627.582
UFIR/RGR (2)	7.781	12.917	11.209	3.407	3.265	2.379	-	-	40.958
CDI (3)	1.580.426	1.380.796	1.118.917	1.520.024	1.432.136	-	-	-	7.032.299
URTJ/TJLP (4)	14.110	22.966	23.111	22.777	22.875	-	-	-	105.839
IGP-DI (5)	1.895	351	349	715	539	539	271	-	4.659
Total por Indexadores	1.674.265	2.075.299	1.988.461	2.381.071	2.015.534	227.424	224.777	224.506	10.811.337
(-) Custos de Transação	(1.227)	(16.928)	(14.773)	(18.430)	(12.602)	(186)	(15.752)	(186)	(80.084)
(-) Juros Pagos Antecipadamente	-	-	-	-	-	-	(46.312)	-	(46.312)
Total Geral	1.708.715	2.058.603	1.973.688	2.362.641	2.002.932	227.238	4.045.917	224.320	14.604.054

Controladora	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Indexadores									
CDI (3)	18.096	7.533	-	37.240	-	-	-	-	62.869
Total por Indexadores	18.096	7.533	-	37.240	-	-	-	-	62.869
(-) Custos de Transação	(127)	(84)	-	(521)	-	-	-	-	(732)
Total Geral	17.969	7.449	-	36.719	-	-	-	-	62.137

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
- (5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada no primeiro semestre de 2018	Variação % Acumulada no primeiro semestre de 2017	Indexador	Variação % Acumulada no primeiro semestre de 2018	Variação % Acumulada no primeiro semestre de 2017
Dólar Norte-Americano	16,56	1,51	IPCA	2,60	1,18
Euro	13,45	9,79	CDI	3,17	5,61
			TJLP	(5,71)	(6,67)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.179.280	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	60.870	-
Custo de Transação	(761)	-
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	60.109	-
Variação Monetária	68.973	-
Variação Cambial	121	-
Encargos Financeiros Provisionados	868.249	-
Amortização do Custo de Transação	29.827	-
Encargos Financeiros Pagos	(711.474)	-
Amortização de Financiamentos	(855.057)	-
Subtotal	14.640.028	-
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	(33.378)	-
Saldo em 30 de junho de 2017	14.606.650	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.397.697	-
Saldo de empréstimos advindo da incorporação da Cemig Telecom	-	65.032
Empréstimos e Financiamentos obtidos	400.000	-
Custo de Transação	(4.140)	-
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	395.860	-
Variação Monetária	65.305	-
Variação Cambial	554.278	-
Encargos Financeiros Provisionados	619.355	1.156
Amortização do Custo de Transação	15.548	153
Encargos Financeiros Pagos	(671.651)	(438)
Amortização de Financiamentos	(774.715)	(3.766)
Subtotal	14.601.677	(62.137)
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	2.377	-
Saldo em 30 de junho de 2018	14.604.054	62.137

Encargos Financeiros Capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

As controladas Cemig D e Gasmig transferiram para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/06/2018	30/06/2017
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	634.903	898.076
Encargos Financeiros no Intangível (1)	<u>(16.392)</u>	<u>(40.399)</u>
Efeito Líquido no Resultado	<u>618.511</u>	<u>857.677</u>

(1) A taxa média de capitalização foi de 9,55%a.a. em 2018 (15,84%a.a. em 2017).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros com medição semestral, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo Banco do Brasil Cemig GT (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Semestral
7ª emissão de debêntures Cemig GT (2)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral
Eurobonds Cemig GT (3)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 31/12/2017 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 31/12/2017 5,0 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral
Cédula de Crédito Bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e 5ª Emissão de Debêntures Cemig D (4)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 7,5 em 31/12/2017 7,5 em 30/06/2018 4,5 em 31/12/2018 3,8 em 30/06/2019 3,8 em 31/12/2019 3,3 em 30/06/2020 3,3 em 31/12/2020 3,3 em 30/06/2021 3,3 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 31/12/2017 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Semestral
	Índice de Liquidez Corrente	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 31/12/2017 em diante	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 31/12/2017 em diante	
Debêntures GASMIG (5)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	Anual
	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5	-	Anual
9ª Emissão de Nota Promissória Cemig D	Dívida líquida / (Ebitda + dividendos recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 7,5 em 30/06/2018 4,5 em 31/12/2018 3,8 em 30/06/2019	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 3,25 em 30/06/2019	Semestral
	Índice de liquidez corrente	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 30/06/2018 em diante	Manter índice igual ou maior a: 0,6x em 30/06/2018 em diante	

- (1) Foi incorporada às cláusulas de vencimento antecipado das Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo da Cemig GT junto ao Banco do Brasil S.A., a exigibilidade de cumprimento de índice financeiro semelhante ao índice exigido pela 7ª emissão de debêntures, mediante aditivos contratuais;
- (2) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões;
- (3) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x;
- (4) As Cédulas de Crédito Bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foram aditadas em dezembro de 2017 e passaram a exigir Covenants semestrais conforme descrito acima. A 5ª Emissão de Debêntures foi emitida com exigibilidade de cumprimento dos Covenants;

- (5) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados da data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).

Em 30 de junho de 2018, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Passivo		
Reserva Global de Reversão - RGR	27.368	36.591
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	141.006	206.022
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.217	2.154
Eficiência Energética	244.348	223.767
Pesquisa e Desenvolvimento	242.251	233.398
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.250	2.696
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	4.174	5.066
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	5.991	6.612
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	4.054	15.172
Encargo de Capacidade Emergencial	30.994	30.996
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	2.014	16
Outros	5.836	-
	712.503	762.490
Passivo Circulante	434.129	512.673
Passivo Não Circulante	278.374	249.817

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	257.933	95.655	2.452	41.424	397.464
Despesa Reconhecida no Resultado	13.558	5.219	138	2.327	21.242
Contribuições Pagas	(3.846)	(3.256)	(80)	(199)	(7.381)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2017	267.645	97.618	2.510	43.552	411.325
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017	333.484	111.568	2.659	11.786	459.497
Despesa Reconhecida no Resultado	15.833	5.387	129	641	21.990
Contribuições Pagas	(4.292)	(3.330)	(78)	(175)	(7.875)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2018	345.025	113.625	2.710	12.252	473.612
				30/06/2018	31/12/2017
Passivo Circulante				12.906	12.974
Passivo Não Circulante				460.706	446.523

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	1.679.154	1.710.787	37.549	813.921	4.241.411
Despesa Reconhecida no Resultado	86.979	94.632	2.086	44.315	228.012
Contribuições Pagas	(78.138)	(50.633)	(1.206)	(3.615)	(133.592)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2017	1.687.995	1.754.786	38.429	854.621	4.335.831
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017	2.068.355	1.809.441	38.505	269.880	4.186.181
Despesa Reconhecida no Resultado	95.967	91.162	1.906	13.521	202.556
Contribuições Pagas	(87.249)	(54.435)	(1.237)	(4.560)	(147.481)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2018	2.077.073	1.846.168	39.174	278.841	4.241.256
				30/06/2018	31/12/2017
Passivo Circulante				236.663	231.894
Passivo Não Circulante				4.004.593	3.954.287

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$169.397 (R\$192.028 no primeiro semestre de 2017), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$33.159 (R\$35.984 no primeiro semestre de 2017).

Dívida pactuada com o fundo de Pensão - FORLUZ

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possui registrada uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$686.191 (R\$720.498 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia e suas controladas mantem o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contratos de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 30 de junho de 2018, o montante total a ser pago pela Companhia e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$380.311 (R\$283.291 em 31 de dezembro de 2017), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia e suas controladas ficarão dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2018
Trabalhistas	473.874	32.812	(35.872)	(14.689)	456.125
Cíveis					
Relações de Consumo	18.632	11.522	(362)	(9.393)	20.399
Outras ações cíveis	43.105	2.985	(1.617)	(2.496)	41.977
	61.737	14.507	(1.979)	(11.889)	62.376
Tributárias	57.048	199	(3.405)	(139)	53.703
Ambientais	45	31	-	(27)	49
Regulatórias	39.812	10.069	-	(744)	49.137
Outras	45.597	4.408	(2.734)	(227)	47.044
Total	678.113	62.026	(43.990)	(27.715)	668.434

	Consolidado				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2017
Trabalhistas	349.273	181.199	(3.474)	(33.829)	493.169
Cíveis					
Relações de Consumo	14.741	8.038	(2.758)	(7.645)	12.376
Outras ações cíveis	40.443	4.178	(61)	(999)	43.561
	55.184	12.216	(2.819)	(8.644)	55.937
Tributárias	69.922	1.272	(4.436)	(437)	66.321
Ambientais	39	3	-	-	42
Regulatórias	43.100	2.619	(13.454)	(591)	31.674
Societárias	239.445	-	-	-	239.445
Outras	58.054	6.633	-	(2.132)	62.555
Total	815.017	203.942	(24.183)	(45.633)	949.143

	Controladora					
	31/12/2017	Incorporação da Cemig Telecom	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2018
Trabalhistas	38.603	22	10.884	-	(3.230)	46.279
Cíveis						
Relações de Consumo	1.024	-	1.055	-	(365)	1.714
Outras ações cíveis	958	-	490	-	(1)	1.447
	1.982	-	1.545	-	(366)	3.161
Tributárias	7.473	-	74	(87)	(14)	7.446
Regulatórias	13.959	-	3.709	-	(409)	17.259
Outras	1.177	-	77	(67)	(16)	1.171
Total	63.194	22	16.289	(154)	(4.035)	75.316

	Controladora				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2017
Trabalhistas	34.928	15.037	(3.016)	(4.906)	42.043
Cíveis					
Relações de Consumo	1.435	422	(999)	(8)	850
Outras ações cíveis	3.238	527	(61)	(2)	3.702
	4.673	949	(1.060)	(10)	4.552
Tributárias	8.869	209	(2.817)	(125)	6.136
Regulatórias	21.614	-	(2.079)	-	19.535
Societárias	239.445	-	-	-	239.445
Outras	466	457	-	(34)	889
Total	309.995	16.652	(8.972)	(5.075)	312.600

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira da Companhia e de suas controladas.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.814.490 (R\$1.854.257 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$456.125 foram provisionados (R\$473.874 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$46.165 (R\$56.017 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$20.399 (R\$18.632 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$233.327 (R\$218.455 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$41.977 (R\$43.105 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$302.538 (R\$281.057 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$53.703 (R\$57.048 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$70.889 (R\$68.097 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$49 foram provisionados (R\$45 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$223.522 (R\$222.434 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$49.137 (R\$39.812 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Societárias

Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa Selic seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

A Administração da Companhia desenvolveu tratativas com o Governo do Estado de Minas Gerais e obteve as aprovações requeridas por seus órgãos de governança para, em 25 de outubro de 2017, assinar Termo de Reconhecimento de Débitos junto ao Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Fazenda, por meio do qual o Estado se comprometeu a devolver à Companhia o montante total depositado, atualizado monetariamente pelo IGP-M. Diante deste novo cenário, a probabilidade de perda dessa discussão foi reavaliada para remota, e desta forma a Companhia reverteu a provisão de R\$239.445, face a inexistência de expectativa de desembolso de caixa futuro para liquidar a obrigação até então provisionada. Mais detalhes na nota explicativa nº 11.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$33.975 (R\$31.987 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$165.205 (R\$170.158 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$13.118 foram provisionados (R\$13.655 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$271.520 (R\$267.432 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$317.437 (R\$311.138 em 31 de dezembro de 2017) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados (PLR), programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.269.989 (R\$1.647.343 em 31 de dezembro de 2017). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$285.620 (R\$274.836 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. O processo foi baixado em função de decisão favorável à Companhia, com trânsito em julgado. Em 31 de dezembro de 2017 o valor da contingência era de R\$576.386.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$216.920 (R\$212.393 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$295.738 (R\$322.196 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$1.050.500 (R\$1.224.274 em 31 de dezembro de 2017), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$300.362 (R\$287.515 em 31 de dezembro de 2017). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Cemig GT classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Cemig GT é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Cemig GT efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$212.399 (R\$201.586 em 31 de dezembro de 2017). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Cemig GT concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$287.271 (R\$275.458 em 31 de dezembro de 2017). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Cemig GT invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Cemig GT interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$133.933 (R\$126.664 em 31 de dezembro de 2017).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$82.906 (R\$79.378 em 31 de dezembro de 2017).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$403.418 (R\$397.897 em 31 de dezembro de 2017) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$275.032 (R\$261.281 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$84.745 (R\$79.985 em 31 de dezembro de 2017). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Cemig D é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$26.511 (R\$26.149 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2018, o Capital Social da Companhia é de R\$7.293.763, representado por 487.614.213 ações ordinárias e 971.138.388 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00. Em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social da Companhia era de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

(a) Aumento de capital na Cemig

Em 26 de outubro de 2017, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovaram por unanimidade a proposta do Conselho de Administração referente ao aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de até 199.910.947 novas ações, com valor nominal de R\$5,00 cada, fazendo jus aos mesmos direitos concedidos às ações da mesma classe que originaram o aumento do capital.

Foi subscrito pelos acionistas o valor de R\$1.215.223 até 31 de dezembro de 2017, correspondendo a 184.965.518 ações, ao preço de R\$6,57 por ação. As sobras não subscritas foram de 14.945.429, sendo 13.139.679 ON e 1.815.750 PN.

Em 21 de março de 2018, a Cemig alienou a totalidade das sobras das ações não subscritas, por meio de oferta pública de lote único e indivisível e que resultou em um volume financeiro de R\$110.700. Foram alienadas 13.139.799 sobras de ações ON em um valor médio de R\$7,30, no total de R\$95.773, e 1.815.750 sobras de ações PN em um valor médio de R\$8,22, no valor total de R\$14.927.

Concluindo a operação, em 23 de abril de 2018, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital da Companhia no valor de R\$999.555, passando o capital de R\$6.294.208 para R\$7.293.763, mediante a emissão de 199.910.947 novas ações, com valor nominal de R\$5,00 cada, sendo 66.849.505 ordinárias e 133.061.442 preferenciais.

O valor subscrito pelos acionistas foi de R\$1.324.773, sendo que a diferença entre o aumento de capital e o valor subscrito, no valor de R\$325.218 foi destinado para Reserva de Capital.

(b) Lucro por ação

Considerando o aumento de capital em 23 de abril de 2018 descrito acima, o cálculo do lucro básico e diluído é apresentado a seguir:

Quantidade de ações	30/06/2018	30/06/2017	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Ações ordinárias já capitalizadas	487.614.213	420.764.708	487.614.213	420.764.708
Ações em Tesouraria	(69)	(69)	(69)	(69)
	487.614.144	420.764.639	487.614.144	420.764.639
Ações preferenciais já capitalizadas	971.138.388	838.076.946	971.138.388	838.076.946
Ações em Tesouraria	(560.649)	(560.649)	(560.649)	(560.649)
	970.577.739	837.516.297	970.577.739	837.516.297
Total	1.458.191.883	1.258.280.936	1.458.191.883	1.258.280.936

Lucro básico e diluído por ação

	30/06/2018	30/06/2017	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Lucro (Prejuízo) Líquido (A)	403.927	480.578	(60.522)	137.982
Total de ações (B)	1.458.191.883	1.258.280.936	1.458.191.883	1.258.280.936
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – operações em continuidade (R\$)	0,26	0,38	(0,06)	0,11
Lucro básico e diluído por ação – operações descontinuadas (R\$)	0,02	-	0,02	-
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - (R\$)	0,28	0,38	(0,04)	0,11

As ações que foram subscritas no aumento de capital ocorrido em 23 de abril de 2018 foram integralmente consideradas no cálculo do lucro básico e diluído para o período de janeiro a junho de 2018, tendo em vista que a proposta de subscrição de novas ações foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária em 26 de outubro de 2017 e essas novas ações já tinham potencial de subscrição desde essa última data, conforme deliberado pelos acionistas.

Considerando que as ações subscritas e capitalizadas têm direito aos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, caso estas tivessem sido consideradas no cálculo do lucro básico e diluído por ação relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2017, o resultado do mesmo seria R\$0,3296.

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 29 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

(c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados Controlada e Controlada em Conjunto	(234.519)	(234.519)
Variação de valor justo de ativo financeiro de controlada em conjunto	-	139
Ajustes de Conversão de Balanço	536	398
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(1.241.559)	(1.241.144)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	87	87
	(1.475.455)	(1.475.039)
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados (1)	638.927	638.517
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(836.528)	(836.522)

- 1) A variação do saldo do custo atribuído de ativos imobilizados, ocorrida em 2018, está líquida da reversão dos tributos diferidos sobre o custo atribuído da controlada Rosal Energia, no montante de R\$17.547, em decorrência da mudança do critério de tributação desta controlada de lucro real para o lucro presumido, assim como ajustes realizados por outras investidas no montante de R\$26.

25. RECEITA

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	11.236.009	11.572.133
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	814.340	900.476
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	1.069.049	(331.896)
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (d)	206.582	177.437
Receita de Construção de Transmissão (e)	4.732	7.025
Receita de Indenização de Transmissão (g)	146.519	269.855
Receita de Indenização de Geração (h)	34.463	-
Receita de Construção de Distribuição (e)	378.911	434.009
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (i)	3.066	1.511
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (f)	156.980	150.476
Transações com energia na CCEE (i)	159.966	425.177
Fornecimento de Gás	898.979	821.145
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	(25.681)	-
Outras Receitas Operacionais (k)	773.444	717.632
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (l)	(5.388.729)	(5.127.021)
Receita Operacional Líquida	10.468.630	10.017.959

	Consolidado	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	5.838.104	5.800.520
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	440.599	437.427
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	627.893	(29.294)
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (d)	105.591	84.937
Receita de Construção de Transmissão (e)	3.669	4.105
Receita de Indenização de Transmissão (g)	96.678	204.025
Receita de Indenização de Geração (h)	17.218	-
Receita de Construção de Distribuição (e)	202.114	236.370
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (i)	2.274	284
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (f)	75.153	70.970
Transações com energia na CCEE (h)	25.639	198.529
Fornecimento de Gás	470.908	410.604
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	(9.235)	-
Outras Receitas Operacionais (j)	311.331	369.763
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (k)	(2.674.737)	(2.583.211)
Receita Operacional Líquida	5.533.199	5.205.029

(1) Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2018, esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

Para detalhes sobre as receitas de operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 30.

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Residencial	5.150.879	5.033.072	3.866.049	3.919.020
Industrial	8.552.810	8.704.150	2.254.923	2.423.508
Comércio, Serviços e Outros	4.198.424	3.804.836	2.144.297	2.236.494
Rural	1.720.268	1.752.185	748.147	779.383
Poder Público	434.389	436.654	252.319	269.345
Iluminação Pública	688.807	675.900	252.165	264.456
Serviço Público	653.232	639.342	276.281	286.753
Subtotal	21.398.809	21.046.139	9.794.181	10.178.959
Consumo Próprio	23.481	18.050	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	48.142	(34.436)
	21.422.290	21.064.189	9.842.323	10.144.523
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	5.607.369	5.740.378	1.468.016	1.501.839
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	(74.330)	(74.229)
Total	27.029.659	26.804.567	11.236.009	11.572.133

	MWh (1)		R\$	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Residencial	2.557.762	2.496.022	1.948.068	1.927.607
Industrial	4.524.750	4.450.891	1.149.137	1.241.737
Comércio, Serviços e Outros	2.155.487	1.892.746	1.075.019	1.096.355
Rural	954.766	953.709	405.384	411.069
Poder Público	220.791	226.041	131.469	138.206
Iluminação Pública	345.401	341.420	127.749	134.604
Serviço Público	331.174	324.405	142.009	142.495
Subtotal	11.090.131	10.685.234	4.978.835	5.092.073
Consumo Próprio	11.357	8.788	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	130.096	(70.182)
	11.101.488	10.694.022	5.108.931	5.021.891
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	2.974.570	2.846.261	766.525	1.044.045
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	(37.352)	(265.416)
Total	14.076.058	13.540.283	5.838.104	5.800.520

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário. Mais informações na nota explicativa nº 14.

d) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Concessão de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$9.671 no semestre findo em 30 de junho de 2018.

e) Receita de Construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas na medida em que são incorridos, até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando que o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

f) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14 destas Informações Contábeis Intermediárias.

g) Receita de Indenização de Transmissão

No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor de R\$146.519 (R\$269.855 no semestre findo em 30 de junho de 2017) correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14.

h) Receita de Indenização de Geração

No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$34.463 referente à atualização do saldo do ativo financeiro relativo à indenização das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14.

i) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

j) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

k) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Serviço Taxado	5.800	4.599
Serviço de Telecomunicações (3)	-	72.822
Prestações de Serviços	90.440	75.532
Subvenções (1)	546.907	503.020
Aluguel e Arrendamento	42.560	58.338
Ressarcimento de energia descontratada (2)	84.092	-
Outras	3.645	3.321
	773.444	717.632

	Consolidado	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Serviço Taxado	2.864	2.543
Serviço de Telecomunicações (3)	(44.037)	36.580
Prestações de Serviços	48.729	40.248
Subvenções (1)	281.635	260.338
Aluguel e Arrendamento	21.645	29.402
Outras	495	652
	311.331	369.763

(1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

(2) Ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição. O valor será liquidado em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC.

(3) Em decorrência da classificação de determinados ativos de telecomunicações como mantidos para venda, houve segregação das receitas das operações descontinuadas. Mais informações vide nota explicativa nº 30.

l) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Tributos sobre a Receita		
ICMS	2.517.921	2.651.348
COFINS	1.164.406	1.069.593
PIS-PASEP	250.802	232.205
Outros	3.711	3.827
	3.936.840	3.956.973
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesa)	10.412	(50)
Programa de Eficiência Energética – PEE	29.477	25.690
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.180.960	859.370
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	18.492	18.987
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	18.492	18.987
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	9.246	9.494
Encargos do Consumidor - PROINFA	19.443	19.577
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	12.596	16.636
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	27.712	44.922
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	125.059	156.435
	1.451.889	1.170.048
	5.388.729	5.127.021

	Consolidado	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.264.824	1.320.102
COFINS	606.026	540.306
PIS-PASEP	129.570	117.298
Outros	1.463	1.927
	2.001.883	1.979.633
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesas)	5.172	(9.917)
Programa de Eficiência Energética – PEE	16.264	12.903
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	593.105	415.749
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	9.979	8.534
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	9.979	8.534
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	4.989	4.267
Encargos do Consumidor - PROINFA	9.202	9.914
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	6.379	8.326
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	9.498	18.091
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	8.287	127.177
	672.854	603.578
	2.674.737	2.583.211

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Pessoal (a)	680.240	917.162	19.967	21.066
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	22.727	24.891	5.926	962
Obrigações Pós-Emprego - nota 22	169.397	192.028	20.359	19.472
Materiais	33.706	27.108	764	66
Serviços de Terceiros (b)	490.346	446.764	9.403	3.602
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	5.082.598	4.742.418	-	-
Depreciação e Amortização	411.300	410.800	216	236
Provisões e ajustes para perdas Operacionais (d)	267.319	369.918	78.189	15.311
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	808.580	404.261	-	-
Gás Comprado para Revenda	556.459	485.163	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	383.643	441.034	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	151.607	187.454	7.348	7.919
	9.057.922	8.649.001	142.172	68.634

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Pessoal (a)	348.576	535.954	12.498	4.390
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	3.150	6.007	4.515	470
Obrigações Pós-Emprego - nota 22	86.126	97.390	10.250	9.804
Materiais	18.416	15.829	722	50
Serviços de Terceiros (b)	254.553	238.140	7.436	885
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.818.905	2.649.330	-	-
Depreciação e Amortização	198.309	209.435	98	101
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	134.112	161.386	38.878	(1.157)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	416.038	197.764	-	-
Gás Comprado para Revenda	293.225	262.651	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	202.974	240.475	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	85.246	90.938	4.493	4.719
	4.859.630	4.705.299	78.890	19.262

Para detalhes sobre os custos e despesas de operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 30.

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em março de 2018, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2018), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na Companhia até 31 de dezembro de 2018. O PDVP 2018 teve o seu período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional. No período de janeiro a junho de 2018, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2018, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$25.666, correspondente à adesão de 151 empregados.

No período de janeiro a junho de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$165.422, correspondente à adesão de 891 empregados.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Leitura de Medidores, Impressão e Entrega de Contas de Energia Elétrica	65.538	71.217	-	-
Comunicação	35.945	34.089	2.208	113
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	152.048	126.852	12	21
Conservação e Limpeza de Prédios	52.765	50.102	294	425
Mão de Obra Contratada	10.829	5.106	102	-
Fretes e Passagens	3.214	3.368	716	939
Hospedagem e Alimentação	5.616	6.437	97	100
Vigilância	10.125	10.936	-	-
Consultoria	4.863	7.800	898	704
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	1.351	1.616	13	-
Tecnologia da Informação	22.498	24.152	1.325	628
Manutenção e Conservação de Veículos	1.045	924	-	-
Corte e Religação	22.725	12.332	-	-
Meio Ambiente	4.659	8.210	-	-
Serviços Advocatícios	11.101	8.801	460	440
Custas Processuais	986	1.230	-	35
Poda de Árvores	9.917	8.967	-	-
Limpeza de Faixa	13.692	4.050	-	-
Reprografia e Publicações Legais	8.620	9.851	334	59
Inspeção de Unidades Consumidoras	4.674	57	-	-
Outras Despesas	48.135	50.667	2.944	138
	490.346	446.764	9.403	3.602

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Leitura de Medidores, Impressão e Entrega de Contas de Energia Elétrica	34.342	37.141	-	-
Comunicação	17.536	19.243	2.082	51
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	73.655	62.819	7	2
Conservação e Limpeza de Prédios	26.835	27.600	236	258
Mão de Obra Contratada	6.888	2.720	102	-
Fretes e Passagens	2.367	2.073	601	557
Hospedagem e Alimentação	3.032	3.439	58	59
Vigilância	5.147	5.623	-	-
Consultoria	1.575	4.806	860	554
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	756	834	13	-
Tecnologia da Informação	11.337	11.837	1.133	487
Manutenção e Conservação de Veículos	547	505	-	-
Corte e Religação	12.586	8.053	-	-
Meio Ambiente	2.525	3.421	-	-
Serviços Advocatícios	6.320	5.908	189	148
Custas Processuais	615	787	-	25
Poda de Árvores	5.888	5.310	-	-
Limpeza de Faixa	7.719	2.974	-	-
Reprografia e Publicações Legais	4.413	6.075	263	29
Inspeção de Unidades Consumidoras	2.811	(571)	-	-
Outras Despesas	27.659	27.543	1.892	(1.285)
	254.553	238.140	7.436	885

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Energia de Itaipu Binacional	633.420	616.817
Contratos por Cotas de Garantia Física	311.625	224.452
Cotas das Usinas de Angra I e II	133.423	121.888
Energia de curto prazo	929.226	771.921
PROINFA	159.696	150.644
Contratos Bilaterais	211.751	148.391
Energia adquirida através de Leilão em Ambiente Regulado	1.480.756	1.377.210
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.715.482	1.786.560
Créditos de PASEP-COFINS	(492.781)	(455.465)
	5.082.598	4.742.418

	Consolidado	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Energia de Itaipu Binacional	345.177	322.771
Contratos por Cotas de Garantia Física	140.241	115.298
Cotas das Usinas de Angra I e II	66.711	60.944
Energia de curto prazo	710.115	614.518
PROINFA	79.848	75.322
Contratos Bilaterais	106.666	76.478
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	757.243	634.978
Energia adquirida no Ambiente Livre	891.546	998.450
Créditos de PASEP-COFINS	(278.642)	(249.429)
	2.818.905	2.649.330

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	167.557	140.885	-	-
Perdas estimadas em outros créditos a receber (1)	(4.934)	-	-	-
Provisão (reversão) para Contingências (2)				
Trabalhistas	(3.060)	177.725	10.884	12.021
Cíveis	12.528	9.397	1.545	(111)
Tributárias	(3.206)	(3.164)	(13)	(2.608)
Ambientais	31	3	-	-
Regulatórias	10.069	(10.835)	3.709	(2.079)
Outras	1.674	6.633	10	457
	18.036	179.759	16.135	7.680
	180.659	320.644	16.135	7.680
Ajustes para perdas				
Opção de venda Sonda (Nota 29)	-	41	-	-
Opção de venda Parati (Nota 29)	62.054	7.631	62.054	7.631
Opção de venda SAAG (Nota 29)	24.606	41.602	-	-
	86.660	49.274	62.054	7.631
	267.319	369.918	78.189	15.311

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	91.374	74.690	-	-
Perdas estimadas em outros créditos a receber (1)	(5.494)	-	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências (2)				
Trabalhistas	(20.114)	114.419	9.774	12.574
Cíveis	13.827	1.952	817	(273)
Tributárias	(3.275)	(4.758)	(28)	(3.212)
Ambientais	3	2	-	-
Regulatórias	6.684	(11.913)	750	(2.648)
Outras	3.357	307	46	422
	482	100.009	11.359	6.863
	86.362	174.699	11.359	6.863
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda Sonda (Nota 29)	-	41	-	-
Opção de venda Parati (Nota 29)	27.519	(8.020)	27.519	(8.020)
Opção de venda SAAG (Nota 29)	20.231	(5.334)	-	-
	47.750	(13.313)	27.519	(8.020)
	134.112	161.386	38.878	(1.157)

- (1) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.
- (2) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do período consolidado como despesas operacionais.

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Pessoal e Administradores	34.060	24.154
Materiais	149.614	183.160
Serviços de Terceiros	164.089	191.183
Outros	35.880	42.537
	383.643	441.034

	Consolidado	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Pessoal e Administradores	19.490	13.908
Materiais	73.680	103.530
Serviços de Terceiros	90.061	103.386
Outros	19.743	19.651
	202.974	240.475

f) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Arrendamentos e Aluguéis	45.364	44.907	2.197	1.474
Propaganda e Publicidade	3.093	8.314	158	176
Consumo Próprio de Energia Elétrica	13.475	10.813	-	-
Subvenções e Doações	6.569	6.524	1.311	-
Concessão Onerosa	1.446	1.529	-	-
Seguros	3.643	4.429	780	1.307
Anuidade CCEE	3.751	4.045	1	1
Resultado Líquido na Desativação e Alienação de Bens	7.695	5.338	468	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	14.582	13.033	604	645
Agentes Arrecadadores	35.398	35.287	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade (1)	-	20.860	-	-
Impostos e Taxas	6.758	5.386	480	543
Outras Despesas	9.833	26.989	1.349	3.773
	151.607	187.454	7.348	7.919

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
Arrendamentos e Aluguéis	22.869	20.919	1.368	879
Propaganda e Publicidade	1.581	7.482	154	176
Consumo Próprio de Energia Elétrica	6.878	5.303	-	-
Subvenções e Doações	4.764	2.991	1.311	-
Concessão Onerosa	668	777	-	-
Seguros	1.725	1.905	378	456
Anuidade CCEE	1.827	2.017	1	1
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	5.713	2.778	468	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	6.720	6.562	326	325
Agentes Arrecadadores	17.940	17.835	-	-
Multa por Violação de Padrão Indicador de Continuidade (1)	-	6.306	-	-
Impostos e Taxas	2.176	1.617	180	20
Outras Despesas	12.385	14.446	307	2.862
	85.246	90.938	4.493	4.719

(1) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2018 esses valores passaram a ser reconhecidos como redução da receita ao invés de despesas operacionais, conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	41.850	125.493	4.931	28.709
Acréscimos Moratórios sobre Venda de Energia	167.950	137.923	44	-
Variações Cambiais	2.561	17.589	7	-
Variação Monetária	11.496	13.993	8	1.568
Variação Monetária - CVA	11.286	-	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	15.223	23.147	12.261	952
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(20.044)	(22.322)	(2.301)	(4.056)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 29)	180.396	-	(33)	-
Outras	80.451	53.078	3.875	5.845
	491.169	348.901	18.792	33.018
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(602.963)	(827.850)	(1.156)	-
Amortização do custo de transação	(15.548)	(29.827)	(153)	-
Variações Cambiais	(580.747)	(18.596)	(7)	(9)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(65.305)	(68.973)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(2.257)	742	-	-
Encargos e Variação Monetária de Obrigação Pós-Emprego	(33.159)	(35.984)	(1.631)	(1.770)
Variação Monetária - CVA	-	(28.080)	-	-
Atualização Financeira – Adiantamento de Clientes	(6.815)	(24.680)	-	-
Outras	(39.007)	(49.953)	(138)	(182)
	(1.345.801)	(1.083.201)	(3.085)	(1.961)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(854.632)	(734.300)	15.707	31.057

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17	Abr a Jun/18	Abr a Jun/17
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	18.123	60.663	2.356	12.944
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	92.288	65.059	44	-
Variações Cambiais	53	9.202	7	-
Variação Monetária	6.310	5.595	8	540
Variação Monetária - CVA	10.839	-	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	8.771	13.211	4.914	(3.280)
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(11.117)	(11.210)	(1.752)	(2.906)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 29)	82.880	-	(33)	-
Outras	41.168	26.490	2.000	2.140
	249.315	169.010	7.544	9.438
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(315.615)	(382.076)	(1.156)	-
Amortização do custo de transação	(6.548)	(14.180)	(153)	-
Variações Cambiais	(561.373)	(18.596)	(7)	(9)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(26.632)	(25.566)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(1.593)	1.122	-	-
Encargos e Variação Monetária de Obrigação Pós-Emprego	(15.152)	(16.616)	(745)	(817)
Variação Monetária - CVA	-	(21.911)	-	-
Variação Monetária – Venda Antecipada de Energia	(3.196)	(12.119)	-	-
Outras	(16.038)	(20.622)	(130)	(8)
	(946.147)	(510.564)	(2.191)	(834)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(696.832)	(341.554)	5.353	8.604

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	140.122	54.926	-	-	81.249	69.390	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	1.708	1.220	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber – AFAC (2)	-	235.018	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	27.091	50.349	-	-	-	-	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	342	1.119	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber – AFAC (2)	248.100	-	-	-	13.082	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	6.915	7.105	15.150	247	(75.255)	(65.133)
Prestação de Serviços (4)	1.515	1.657	-	-	5.964	5.570	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	72.315	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	846	858	-	-	(3.666)	(3.457)
Prestação de Serviço (4)	211	211	-	-	446	431	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	3.558	-	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	26.191	56.531	17.146	10.513	(332.788)	(299.092)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	45.117	66.185	-	-	4.549	-	-	-
Ressarcimento de Energia Descontratada (6)	42.046	-	-	-	411	-	-	-
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	-	6.870	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento de Energia Descontratada (6)	24.527	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	130	130	5.621	3.640	8.287	2.926	(94.143)	(55.813)
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	-	-	-	(9.012)	(10.463)
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.589	-	-	-	(9.154)	(7.172)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	584	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	520	528	-	-	(3.207)	(2.910)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.581	2.581	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.291	-	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	11.963	1.744	-	-	(66.548)	(102.750)
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (7)	99.118	-	-	-	2.550	26.486	-	-
Contas a Receber (8)	367.436	350.200	-	-	17.326	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	2.433	2.882	-	-	(11.706)	(13.097)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	84	1.128	492	483	31.736	24.291	(535)	(862)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.200	-	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	9.929	12.105	-	-	(61.659)	(58.757)
Prestação de Serviço (4)	172	404	-	-	282	528	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	18	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Transirapê de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	893	964	-	-	(4.692)	(4.890)
Prestação de Serviços (4)	90	90	-	-	637	634	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	1.413	-	-	-	-	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços (9)	-	-	1.055	2.982	-	-	-	-
Transudeste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	160	191	-	-	(788)	(721)
Prestação de serviços (4)	156	175	-	-	304	279	-	-
Transleste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	259	308	-	90	(1.271)	(1.162)
Prestação de serviços (4)	120	120	-	-	552	543	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	121.953	322.423	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	297.939	1.037.423	-	-	7.535	38.169	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (10)	(9.794)	(25.493)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	77.047	30.124	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (10)	(13.321)	-	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (11)	-	-	117.447	108.843	-	-	(95.967)	(86.979)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida (12)	-	-	-	-	-	-	(36.692)	(42.917)
Custeio Administrativo (13)	-	-	-	-	-	-	(14.582)	(13.033)
Arrendamento Operacional (14)	-	-	1.662	4.998	-	-	(23.065)	(24.295)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (11)	-	-	1.959.626	1.959.512	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (15)	-	-	109.601	115.045	-	-	(93.068)	(96.718)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (15)	-	-	1.775.741	1.633.291	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto, no montante de R\$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M. A primeira parcela, no montante de R\$5.418, foi quitada em dezembro de 2017 e as demais possuem vencimento até novembro de 2019;
- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Valor transferido para a rubrica Contas a Receber do Estado de Minas Gerais em 30 de setembro de 2017 (vide Nota Explicativa nº 11);
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- Em 2017, foram antecipados R\$70.100 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia, sendo R\$51.874 pela Cemig GT, e R\$11.917 e R\$6.309 pela Sá Carvalho e Rosal, respectivamente. O pagamento está sendo efetuado através de faturas de suprimento de energia emitidas a partir de janeiro de 2018, em 12 parcelas;

- (6) Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC com vencimento até janeiro de 2020;
- (7) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivada vindos nos meses de abril de 2018 a maio de 2019, descontados à taxa de 155% do Certificado de Depósitos Interbancários divulgado pela Cetip;
- (8) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante total de R\$367 milhões, a serem liquidadas em parcelas mensais, com o vencimento final em dezembro de 2021 e atualização pela variação de 150% a 155% do CDI;
- (9) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- (10) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;
- (11) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide nota explicativa nº 22) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (12) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (13) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (14) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até março de 2019 e maio de 2034, reajustado anualmente pelo IPCA;
- (15) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 22).

Dividendos a receber de controladas

Dividendos a Receber	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Cemig GT	-	-	364.230	564.230
Outras	9.648	76.893	45.168	38.819
	9.648	76.893	409.398	603.049

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	30/06/2018	Vencimento
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.548.450	2042
Light (1)	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.892.193	2034
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	815.497	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	7.572	2023
				5.947.327	

(1) Relacionado à execução de garantias do financiamento Norte Energia

Em 30 de junho de 2018, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, em 30 de junho de 2018.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/06/2018				
				Cemig 3,23%	Cemig GT 8,51%	Cemig D 0,58%	Demais controladas 26,25% (1)	Total 38,57%
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	325	856	59	1.401	2.641
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	222	584	40	957	1.803
				547	1.440	99	2.358	4.444

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2017				
				Cemig 4,17%	Cemig GT 26,85%	Cemig D 19,90%	Demais controladas 21,36% (1)	Total 72,28%
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	420	2.706	2.005	2.152	7.283
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	834	5.375	3.983	4.276	14.468
				1.254	8.081	5.988	6.428	21.751

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/06/2018	30/06/2017
Remuneração	16.906	15.435
Participação nos Resultados	3.599	158
Benefícios Assistenciais	1.327	780
Total	21.832	16.373

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	30 de junho de 2018		31 de dezembro de 2017	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	2	896.953	896.953	916.762	916.762
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras	2	67.658	67.658	44.244	44.244
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	2	3.835.794	3.835.794	4.140.720	4.140.720
Fundos Vinculados	2	111.220	111.220	106.227	106.227
Adiantamentos a Fornecedores	2	195.681	195.681	122.920	122.920
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	2	248.100	248.100	235.018	235.018
Ativos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	3	777.138	777.138	369.010	369.010
Reembolso de Subsídios Tarifários	2	85.827	85.827	77.086	77.086
Subvenção Baixa Renda	2	25.140	25.140	26.660	26.660
Depósitos Vinculados a Litígios	2	2.380.376	2.380.376	2.335.632	2.335.632
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Transmissão	3	552.019	552.019	547.800	547.800
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	3	2.371.831	2.371.831	2.337.135	2.337.135
Contas a Receber – Renova	2	367.436	367.436	350.200	350.200
Ressarcimento – Descontratação de Energia	2	66.573	66.573	-	-
		11.981.746	11.981.746	11.609.414	11.609.414
Valor justo por meio do resultado					
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	935	935	2.652	2.652
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	1	121.124	121.124	739.945	739.945
Letras Financeiras - Bancos	2	158.949	158.949	290.004	290.004
Debêntures	2	3.216	3.216	11.292	11.292
		284.224	284.224	1.043.893	1.043.893
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	3	132.431	132.431	8.649	8.649
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda Ativas e Sonda) (2)	3	3.849	3.849	3.801	3.801
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	3	384.341	384.341	369.762	369.762
Indenizações a Receber – Transmissão	3	1.822.294	1.822.294	1.928.038	1.928.038
Indenizações a Receber – Geração	3	1.935.220	1.935.220	1.900.757	1.900.757
		4.562.359	4.562.359	5.254.900	5.254.900
		16.544.105	16.544.105	16.864.314	16.864.314
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(14.604.054)	(14.604.054)	(14.397.697)	(14.397.697)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(686.191)	(686.191)	(720.498)	(720.498)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	2	(380.311)	(380.311)	(283.291)	(283.291)
Passivos Financeiros da Concessão – Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	3	(23.046)	(23.046)	(414.800)	(414.800)
Concessões a Pagar	3	(18.477)	(18.477)	(21.227)	(21.227)
Plano de Regularização de Créditos Tributários (PRCT) do Estado de Minas Gerais	2	-	-	(282.876)	(282.876)
Fornecedores	2	(2.152.676)	(2.152.676)	(2.342.757)	(2.342.757)
Adiantamento de Clientes	2	(150.728)	(150.728)	(232.762)	(232.762)
		(18.015.483)	(18.015.483)	(18.695.908)	(18.695.908)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	3	(1.214)	(1.214)	(41.111)	(41.111)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda RME)	2	(569.286)	(569.286)	(507.232)	(507.232)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda SAAG)	3	(336.199)	(336.199)	(311.593)	(311.593)
		(906.699)	(906.699)	(859.936)	(859.936)
		(18.922.182)	(18.922.182)	(19.555.844)	(19.555.844)

(1) Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;

(2) Opções da Sonda no montante de R\$3.849 registrados no Ativo da Companhia em função da incorporação da Cemig Telecom.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 14 destas Informações Contábeis Intermediárias;

Indenizações a Receber – Transmissão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função da aceitação dos termos da Lei 12.783/13, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig;

Indenizações a Receber – Geração:

- Usinas operadas em regime de cotas – mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão, e atualização pela SELIC a partir da publicação da Portaria nº 291, de 3 de agosto de 2017. Mais detalhes na nota explicativa nº 04; e,
- Usinas Miranda e São Simão - mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme estimativas da Companhia, a serem atualizados após a homologação dos valores pela ANEEL;

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, RME e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias. A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de swap foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: a Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 147,66% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 8,07%, CDI + 1,60% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Instrumentos Financeiros – Derivativos

Opções de Venda

A Companhia possui determinadas opções de venda para as quais realiza-se o cálculo do valor justo da opção com base no modelo *Black and Scholes Merton* (BSM), no qual as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 30 de junho de 2018; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analiticamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.

As opções da Companhia, em 30 de junho de 2018 são como segue:

Consolidado	Saldo em 30/06/2018	Saldo em 31/12/2017
Opção de Venda RME	569.286	507.232
Opção de Venda SAAG	336.199	311.593
Opção de Venda /Compra – Ativas e Sonda	(3.849)	(3.801)
	901.636	815.024

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

A Cemig GT utiliza para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”). Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de junho de 2018 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias um passivo no valor de R\$336.199 (R\$311.593 em 31 de dezembro de 2017), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173
Variação do valor justo	46.936
Reversões	(5.334)
Saldo em 30 de junho de 2017	237.775
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593
Variação do valor justo	24.606
Saldo em 30 de junho de 2018	336.199

A Cemig GT efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 5,44% a 9,44% ao ano e volatilidade entre 21% e 81% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$306.536 e R\$391.101, respectivamente.

Opção de Venda de ações da RME

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da RME – Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), uma opção de venda da totalidade das ações da RME de propriedade do Fundo, exercível originalmente em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na investida, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela RME.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

A RME possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa investida. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Em 22 de novembro de 2017 a Cemig firmou com o Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), a BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“BV Financeira”) e o BB-Banco de Investimento S.A. (“BB-BI” e, em conjunto, “Bancos Acionistas”) o Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas da RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), para formalizar a postergação parcial da data de exercício da Opção de Venda outorgada pela Cemig aos Bancos Acionistas, passando a data de exercício de 30 de novembro de 2017 para 30 de novembro de 2018.

Valor da exposição da Companhia

A movimentação do valor das opções, correspondente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício correspondente, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.149.881
Variação do valor justo	15.651
Reversões	(8.020)
Saldo em 30 de junho de 2017	1.157.512
Saldo em 31 de dezembro de 2017	507.232
Variação do valor justo	62.054
Saldo em 30 de junho de 2018	569.286

No cálculo do valor justo da opção com base no Black-Scholes-Merton as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento da ação da Light na data de 30 de junho de 2018 (como referência para o valor da participação indireta detida pelos acionistas diretos da RME na Light); taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 2,09% a 10,09% ao ano e volatilidade entre 10,0% e 80,0% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$558.541 e R\$580.214, respectivamente.

Opções Sonda

Como parte do processo de reestruturação societária, foram assinados, entre a Cemig Telecom e Sonda, Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitido por Cemig Telecom) e Venda (emitido por Sonda). Com a incorporação da Cemig Telecom pela Cemig, ocorrida em em 30 de junho de 2018, o contrato de opção passa a ser entre a Cemig e a Sonda.

Assim, a Cemig fica simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detida pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2018. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 30 de junho de 2018, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

O preço de fechamento do ativo objeto embasou-se no valuation elaborado pela mesma consultoria especializada responsável pelo cálculo das opções. A data base da avaliação é 30 de junho de 2018, mesma data de fechamento das informações contábeis intermediárias da Companhia, e a metodologia utilizada para cálculo do valor justo da Empresa é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício em 30 de junho de 2021.

Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ganho, em 30 de junho de 2018, no montante de R\$180.429, registrado no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor Conforme contrato 30/06/2018	Valor justo 30/06/2018	Valor Conforme contrato 31/12/2017	Valor justo 31/12/2017
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	De 07/2018 Até 12/2024	Balcão	US\$1.000.000	584.388	131.217	50.792	(32.462)

- 1) Combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,25 e teto em R\$5,00 e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa equivalente a 150,49% do CDI.
- 2) Em milhares de US\$.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e Financiamentos e Fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2018		31/12/2017	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	1.015.140	3.914.177	1.014.535	3.356.082
Fornecedores (Itaipu Binacional)	71.046	274.236	73.698	240.220
	1.086.186	4.188.413	1.088.233	3.596.302
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 20)	1.096	4.936	1.105	4.383
Passivo Líquido Exposto		4.193.349		3.600.685

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2019 será uma redução de 7,51% para o dólar (R\$3,57) e uma redução de 6,67% para o Euro (R\$4,20). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar R\$3,57 Euro R\$4,20	Cenário Possível Dólar R\$4,46 Euro R\$5,25	Cenário Remoto Dólar R\$5,36 Euro R\$6,30
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	3.914.177	3.620.107	4.522.599	5.435.231
Fornecedores (Itaipu Binacional)	274.236	253.633	316.864	380.805
	4.188.413	3.873.740	4.839.463	5.816.036
Euro				
Empréstimos e Financiamentos	4.936	4.607	5.759	6.911
Passivo Líquido Exposto	4.193.349	3.878.347	4.845.222	5.822.947
Efeito Líquido da Variação Cambial		(315.002)	651.873	1.629.598

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano para a variação do CDI, conforme descrito em maiores detalhes no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2018. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	896.953	916.762
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	351.882	1.088.137
Contas a Receber – Renova (nota 28)	367.436	350.200
Adiantamentos a Fornecedores	195.681	122.920
Fundos Vinculados	111.220	106.227
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC* (nota 14)	777.138	369.010
Geração – Indenização a Receber – SELIC (nota 14)	1.935.220	1.084.346
Ressarcimento – Descontratação de Energia (nota 28)	66.573	-
Créditos junto à Eletrobrás	4.216	4.216
	4.706.319	4.041.818
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (nota 20)	(7.032.299)	(7.202.558)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (nota 20)	(105.839)	(118.891)
Adiantamento de Clientes – CDI	(150.728)	(188.344)
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 14)	(23.046)	(414.800)
Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT (nota 19)	-	(282.876)
	(7.311.912)	(8.207.469)
Passivo Líquido Exposto	(2.605.593)	(4.165.651)

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 30 de junho de 2019, as taxas SELIC e TJLP serão de 6,50%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia e suas controladas, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/06/2018	30 de junho de 2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 6,50% TJLP 6,56%	Cenário Possível SELIC 8,13% TJLP 8,20%	Cenário Remoto SELIC 9,75% TJLP 9,84%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	896.953	955.255	969.875	984.406
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	351.882	374.754	380.490	386.190
Contas a Receber – Renova (nota 28)	367.436	391.319	397.309	403.261
Adiantamentos a Fornecedores	195.681	208.400	211.590	214.760
Fundos Vinculados	111.220	118.449	120.262	122.064
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC* (nota 14)	777.138	827.652	840.319	852.909
Geração – Indenização a Receber – SELIC (nota 14)	1.935.220	2.061.009	2.092.553	2.123.904
Ressarcimento – Descontratação de Energia (nota 28)	66.573	70.900	71.985	73.064
Créditos junto à Eletrobrás	4.216	4.490	4.559	4.627
	4.706.319	5.012.228	5.088.942	5.165.185
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (nota 20)	(7.032.299)	(7.489.398)	(7.604.025)	(7.717.948)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (nota 20)	(105.839)	(112.782)	(114.518)	(116.254)
Adiantamento de Clientes – CDI	(150.728)	(160.525)	(162.982)	(165.424)
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 14)	(23.046)	(24.544)	(24.920)	(25.293)
	(7.311.912)	(7.787.249)	(7.906.445)	(8.024.919)
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	(2.605.593)	(2.775.021)	(2.817.503)	(2.859.734)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(169.428)	(211.910)	(254.141)

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia e suas controladas não estão expostas ao risco de elevação da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/06/2018	31/12/2017
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (*)	114.225	110.832
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (TARD) – IGPM (nota 28)	187.291	107.614
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 11)	248.100	235.018
Transmissão – Indenização a Receber – IPCA (nota 14)	1.822.294	1.928.038
Bonificação de Outorga – IPCA (Nota 14)	2.371.831	2.337.135
	4.743.741	4.718.637
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 20)	(3.627.582)	(3.800.889)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) – IPCA	(686.191)	(720.498)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(380.311)	(283.291)
	(4.694.084)	(4.804.678)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	49.657	(86.041)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

No que se refere à probabilidade de elevação da inflação, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 30 de junho de 2019, a taxa IPCA será de 3,40%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2018	30 de junho de 2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 3,40% IGPM 2,84%	Cenário Possível IPCA 4,25% IGPM 3,55%	Cenário Remoto IPCA 5,10% IGPM 4,26%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (*)	114.225	118.109	119.080	120.050
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (TARD) – IGPM (nota 28)	187.291	192.610	193.940	195.270
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 11)	248.100	255.146	256.908	258.669
Transmissão – Indenização a Receber – IPCA (nota 14)	1.822.294	1.884.252	1.899.741	1.915.231
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (*) (nota 14)	2.371.831	2.452.473	2.472.634	2.492.794
	4.743.741	4.902.590	4.942.303	4.982.014
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA	(3.627.582)	(3.750.920)	(3.781.754)	(3.812.589)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(686.191)	(709.521)	(715.354)	(721.187)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(380.311)	(393.242)	(396.474)	(399.707)
	(4.694.084)	(4.853.683)	(4.893.582)	(4.933.483)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	49.657	48.907	48.721	48.531
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		(750)	(936)	(1.126)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já ocorrido pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março de 2015.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	576.104	85.419	2.961.696	11.146.811	5.894.630	20.664.660
Concessões a pagar	203	401	1.766	8.087	14.255	24.712
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 22)	11.414	22.873	104.626	620.770	175.120	934.803
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 22)	3.498	7.024	32.084	190.186	522.425	755.217
	591.219	115.717	3.100.172	11.965.854	6.606.430	22.379.392
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.986.049	151.075	15.552	-	-	2.152.676
	2.577.268	266.792	3.115.724	11.965.854	6.606.430	24.532.068

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.010	3.994	13.530	55.038	-	74.572
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 22)	562	1.125	5.148	30.542	8.616	45.993
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 22)	172	346	1.579	9.357	25.703	37.157
	2.744	5.465	20.257	94.937	34.319	157.722
- Pré-fixadas						
Fornecedores	8.812	-	-	-	-	8.812
	11.556	5.465	20.257	94.937	34.319	166.534

Risco de Crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2018, considerado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$731.587.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig Holding administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)*
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Risco Hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“covenant”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Vide nota explicativa nº 20.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio é apresentada seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Total do Passivo	27.001.539	27.909.453	1.705.041	1.522.956
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(940.937)	(1.030.257)	(63.045)	(38.672)
(-) Fundos Vinculados	(111.220)	(106.227)	(90.663)	(87.872)
Passivo Líquido	25.949.382	26.772.969	1.551.333	1.396.412
Total do Patrimônio Líquido	14.678.819	14.330.136	14.674.722	14.325.986
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,77	1,87	0,11	0,10

30. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 25 de maio de 2018, a Cemig publicou o Edital de Licitação nº 500-Y12121 (“Edital”) para alienação de determinados ativos de telecomunicações que foram incorporados da extinta CEMIG Telecomunicações em 31 de março de 2018.

Os ativos objeto da licitação representam um conjunto formado pelos bens e pelas posições contratuais da Companhia nos Contratos de Infraestrutura e de Serviços, foram segregados em dois lotes e serão alienados considerando-se a melhor proposta econômica por lote, tendo como balizamento para fixação dos valores mínimos de arrematação para cada um dos lotes a avaliação formal dos ativos, sendo R\$335.070 para o Lote 1 e R\$32.473 para o Lote 2. O Leilão ocorreu no dia 08 de agosto de 2018 e o fechamento da operação estará sujeito às aprovações das autoridades antitruste (CADE) e regulatória (ANATEL).

A avaliação da Companhia é que os ativos de telecomunicações que compõem o Edital atendem aos requisitos de classificação do Pronunciamento Técnico CPC.31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada e, desta forma, são apresentados separadamente no balanço patrimonial, tendo como base para mensuração os valores contábeis, uma vez que são inferiores aos valores justos menos as despesas de venda.

A composição dos ativos e dos passivos associados são conforme segue:

	Consolidado	Controladora
	30/06/2018	30/06/2018
ATIVO		
Ativos Classificados como Mantidos para Venda		
Contas a receber	840	840
Estoques	7.160	7.160
Imobilizado e Intangíveis	262.705	262.705
Outros ativos não circulantes	10.873	10.873
Total do Ativo	281.578	281.578
PASSIVO		
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda		
Outros passivos não circulantes	(5.160)	(5.160)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(745)	(745)
Total do Passivo	(5.905)	(5.905)

Em decorrência da classificação como mantido para venda, a depreciação desses ativos foi cessada e as receitas, custos e despesas resultantes desses ativos foram apresentadas na demonstração de resultado em montante único como operação descontinuada, separadamente do resultado das operações continuadas.

A seguir, são apresentadas as receitas, custos e despesas decorrentes das operações descontinuadas, relacionadas aos ativos classificados como mantidos para venda, em 30 de junho de 2018:

	Consolidado	Controladora
	30/06/2018	30/06/2018
Resultados das Operações Descontinuadas		
Receitas Operacionais		
Outras Receitas Operacionais		
Serviço de Telecomunicações	90.099	45.325
Arrendamentos e Aluguéis	3.389	1.690
Outras Receitas Operacionais	509	7
	93.997	47.022
Deduções da Receita Operacional		
PIS-Pasep/COFINS	(3.424)	(1.775)
ICMS	(18.649)	(8.858)
Outros	(1.032)	(522)
	(23.105)	(11.155)
	70.892	35.867
Despesas Operacionais		
Serviços de Terceiros	(12.801)	(7.853)
Depreciação e Amortização	(14.500)	(6.115)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(11.720)	(4.944)
	(39.021)	(18.912)
Receitas Financeiras	511	254
Imposto de Renda e Contribuição Social		
IR e CSLL Correntes	(1.195)	(109)
IR e CSLL Diferidos	(9.815)	(5.742)
	(11.010)	(5.851)
Lucro Líquido	21.372	11.358

Os fluxos de caixa das operações descontinuadas, relacionadas aos ativos classificados como mantidos para venda, em 30 de junho de 2018 são como segue:

	Consolidado	Controladora
	30/06/2018	30/06/2018
Fluxos de Caixa das Atividades Descontinuadas		
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	36.602	18.944
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(7.631)	-
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	28.971	18.944

Os valores do resultado de dos fluxos de caixa da controladora são divergentes do valor consolidado devido a incorporação da Cemig Telecom ocorrida em 31 de março de 2018. Mais detalhes vide nota explicativa nº 1.

Os ativos classificados como mantidos para venda e o resultado das operações descontinuadas estão apresentados no segmento de telecomunicações, na nota explicativa nº 31 destas Informações Contábeis Intermediárias.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás e telecomunicações através de suas controladas Gasmig e Cemig Telecom (vide nota explicativa nº 1), e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações. Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao período findo em 30 de junho de 2018 e 2017 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2018								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES (1)	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	14.368.687	3.811.813	19.732.927	1.812.803	311.017	1.689.160	(46.049)	41.680.358
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.709.952	1.130.140	1.838.752	-	-	24.708	-	7.703.552
ADIÇÕES AO SEGMENTO	170.045	-	361.492	20.969	7.631	1.016	-	561.153
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	4.732	-	-	-	-	-	4.732
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE								
RECEITA LÍQUIDA	3.038.039	326.689	6.454.706	730.704	-	65.045	(146.553)	10.468.630
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.705.024)	-	(3.412.396)	-	-	(3)	34.825	(5.082.598)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(126.922)	-	(780.585)	-	-	-	98.927	(808.580)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(556.459)	-	-	-	(556.459)
Total dos Custos Operacionais	(1.831.946)	-	(4.192.981)	(556.459)	-	(3)	133.752	(6.447.637)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(114.985)	(52.575)	(460.306)	(24.147)	(9.893)	(18.334)	-	(680.240)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(2.901)	(1.577)	(12.674)	-	351	(5.926)	-	(22.727)
Obrigações Pós-Emprego	(23.053)	(13.317)	(112.669)	-	-	(20.358)	-	(169.397)
Materiais	(3.436)	(1.727)	(26.875)	(854)	(709)	(115)	10	(33.706)
Serviços de Terceiros	(49.049)	(18.880)	(410.579)	(8.275)	(2.878)	(9.123)	8.438	(490.346)
Depreciação e Amortização	(81.980)	-	(292.240)	(36.142)	(704)	(234)	-	(411.300)
Provisões (Reversões) Operacionais	(36.369)	(3.962)	(148.588)	-	(213)	(78.187)	-	(267.319)
Custos de Construção	-	(4.732)	(361.492)	(17.419)	-	-	-	(383.643)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(23.434)	(7.800)	(110.686)	(5.674)	(1.991)	(6.375)	4.353	(151.607)
Total do Custo de Operação	(335.207)	(104.570)	(1.936.109)	(92.511)	(16.037)	(138.652)	12.801	(2.610.285)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.167.153)	(104.570)	(6.129.090)	(648.970)	(16.037)	(138.655)	146.553	(9.057.922)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(140.412)	102.474	16.743	-	(763)	(4.275)	-	(26.233)
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	730.474	324.593	342.359	81.734	(16.800)	(77.885)	-	1.384.475
Receitas Financeiras	244.465	14.640	182.241	27.825	780	21.218	-	491.169
Despesas Financeiras	(1.006.540)	(2.343)	(312.299)	(19.984)	(2.861)	(1.774)	-	(1.345.801)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(31.601)	336.890	212.301	89.575	(18.881)	(58.441)	-	529.843
Imposto de Renda e Contribuição Social	(22.990)	(61.996)	(67.386)	(27.954)	5.769	27.567	-	(146.990)
RESULTADO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	(54.591)	274.894	144.915	61.621	(13.112)	(30.874)	-	382.853
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS								
Resultado do período prov. de op. Descontinuadas (nota nº 30)	-	-	-	-	21.372	-	-	21.372
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(54.591)	274.894	144.915	61.621	8.260	(30.874)	-	404.225
Participação dos acionistas controladores	(54.591)	274.894	144.915	61.323	8.260	(30.874)	-	403.927
Participação de acionista não controlador	-	-	-	298	-	-	-	298
	(54.591)	274.894	144.915	61.621	8.260	(30.874)	-	404.225

1) Conforme divulgado na nota explicativa nº 30, determinados ativos de telecomunicações foram classificados como mantidos para venda. As receitas e despesas do segmento de telecomunicações emergentes das operações em continuidade, permanecem sendo reconhecidas no resultado do segmento de telecomunicações.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2017								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	20.025.471	2.739.099	16.525.323	2.098.567	350.555	2.720.320	(2.519.536)	41.939.799
INVESTIMENTO SEM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	8.030.138	-	-	-	-	18.252	-	8.048.390
ADIÇÕES AO SEGMENTO	196.558	-	421.112	26.689	21.368	-	-	665.727
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	156.280	-	-	-	-	-	156.280
RECEITA LÍQUIDA	3.305.994	449.145	5.619.766	663.318	57.721	54.778	(132.763)	10.017.959
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.721.290)	-	(3.054.465)	-	-	(9)	33.346	(4.742.418)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(168.552)	166	(314.264)	-	-	-	78.389	(404.261)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(485.163)	-	-	-	(485.163)
Total dos Custos Operacionais	(1.889.842)	166	(3.368.729)	(485.163)	-	(9)	111.735	(5.631.842)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(154.656)	(58.470)	(643.937)	(25.239)	(9.846)	(25.014)	-	(917.162)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(4.136)	(1.821)	(17.640)	-	(315)	(979)	-	(24.891)
Obrigações Pós-Emprego	(28.068)	(12.684)	(131.804)	-	-	(19.472)	-	(192.028)
Materiais	(4.749)	(1.323)	(20.053)	(888)	(66)	(84)	55	(27.108)
Serviços de Terceiros	(65.918)	(13.863)	(360.937)	(7.504)	(14.675)	(3.809)	19.942	(446.764)
Depreciação e Amortização	(102.917)	-	(263.051)	(27.571)	(17.008)	(253)	-	(410.800)
Provisões (Reversões) Operacionais	(57.000)	(4.426)	(293.044)	-	(137)	(15.311)	-	(369.918)
Custos de Construção	-	(7.025)	(421.112)	(12.897)	-	-	-	(441.034)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(44.069)	(3.773)	(139.118)	(4.026)	(11.505)	(29.483)	44.520	(187.454)
Total do Custo de Operação	(461.513)	(103.385)	(2.290.696)	(78.125)	(53.552)	(94.405)	64.517	(3.017.159)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.351.355)	(103.219)	(5.659.425)	(563.288)	(53.552)	(94.414)	176.252	(8.649.001)
Resultado de Equivalência Patrimonial	182.054	-	-	-	(1.492)	-	(120.444)	60.118
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	1.136.693	345.926	(39.659)	100.030	2.677	(39.636)	(76.955)	1.429.076
Receitas Financeiras	89.161	3.605	205.427	12.832	921	36.955	-	348.901
Despesas Financeiras	(617.297)	(1.223)	(433.533)	(21.534)	(7.648)	(1.966)	-	(1.083.201)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	608.557	348.308	(267.765)	91.328	(4.050)	(4.647)	(76.955)	694.776
Imposto de Renda e Contribuição Social	(154.767)	(106.991)	76.670	(28.586)	807	(1.061)	-	(213.928)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	453.790	241.317	(191.095)	62.742	(3.243)	(5.708)	(76.955)	480.848
Participação dos acionistas controladores	453.790	241.317	(191.095)	62.472	(3.243)	(5.708)	(76.955)	480.578
Participação de acionista não controlador	-	-	-	270	-	-	-	270
	453.790	241.317	(191.095)	62.742	(3.243)	(5.708)	(76.955)	480.848

32. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 22 de maio de 2018, a ANEEL aprovou o resultado da quarta revisão tarifária periódica da Cemig D. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário médio de 23,19%, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2018.

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, as controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- Encargos Financeiros Capitalizados no montante de R\$16.392 no primeiro semestre de 2018 (R\$40.399 no primeiro semestre de 2017);

- Exceto pelo saldo de caixa e equivalentes recebido na incorporação da Cemig Telecom, no montante de R\$428, no período findo em 30 de junho de 2018, os demais saldos incorporados não possuem efeito no fluxo de caixa da Companhia.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Antecipação de pagamento por entrega futura de energia elétrica

Em 10 de julho e 08 de agosto de 2018, foram antecipados pela Cemig GT à controlada em conjunto Renova os montantes de R\$26.300 e R\$25.800, respectivamente, relativos às faturas de energia com vencimento entre junho e novembro de 2019. Essas antecipações são ajustadas a valor presente a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Emissão adicional de Eurobonds

Em 18 de julho de 2018, a Companhia realizou a liquidação financeira da reabertura dos Eurobonds emitidos originalmente em 05 de dezembro de 2017, no montante de US\$ 500 milhões, correspondente a R\$1,9 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a., e vencimento de principal em dezembro de 2024.

Concomitantemente à liquidação, foi realizada operação de hedge abrangendo todo o período da emissão, através de uma combinação de Call Spread do principal, em que a Cemig GT está protegida no intervalo de R\$3,85/US\$ e R\$5,00/US\$, e Swap da totalidade dos juros, trocando assim o cupom de 9,25% a.a. por taxa equivalente a 125,52% do CDI.

Pagamento de Debêntures

Em 16 de julho de 2018, a Cemig GT realizou amortização da 1ª e 2ª série da 6ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$533 milhões.

Em 27 de julho de 2018, em razão da reabertura dos Eurobonds, a Cemig GT realizou o pagamento antecipado do valor de R\$385 milhões, equivalente a 25% do saldo do valor nominal unitário de sua 7ª Emissão de Debêntures Simples, cujo custo era 140% do CDI e vencimento original em 23 de dezembro de 2021.

Suspensão do fornecimento de energia pela Renova

Em 03 de agosto de 2018, a Companhia assinou o 7º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia eólica celebrado junto à controlada em conjunto Renova, suspendendo o fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de julho a dezembro de 2018 e definindo o cálculo de eventuais compensações financeiras para a Companhia, que serão reconhecidas no resultado do segundo semestre de 2018, conforme a competência, com liquidação prevista contratualmente para 10 de janeiro de 2019.

Considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada acima, as antecipações realizadas para a Renova referentes ao período de julho a dezembro de 2018, no valor total de R\$55.880, foram objeto de um termo de acordo e reconhecimento de dívida (TARD) assinado em 03 de agosto de 2018, que prevê a devolução do montante em questão em parcela única atualizada a 155% do CDI em 10 de janeiro de 2019.

Alienação dos Ativos de Telecomunicações – Resultado da Licitação

A Cemig realizou, em 08 de agosto de 2018, a Sessão Pública da licitação presencial visando a alienação dos ativos de telecomunicações a ela inservíveis, conforme previsto no Edital 500-Y12121.

A proposta econômica vencedora do Lote 1, apresentada pela American Tower do Brasil – Internet das Coisas Ltda., foi de R\$571.000, ou seja, 70,41% superior ao valor mínimo de arrematação definido no Edital. A proposta econômica vencedora do Lote 2, apresentada pela Algar Soluções em TIC S.A., foi de R\$77.890, ou seja, 139,86% superior ao valor mínimo de arrematação definido no Edital.

Os arrematantes foram habilitados durante a Sessão e a Companhia declarará os Vencedores após o decurso do prazo recursal. Após a celebração dos Contratos de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças, a conclusão da alienação estará sujeita à implementação de condições suspensivas conforme definidas no Edital, inclusive a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, se aplicável.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Resultado do Período

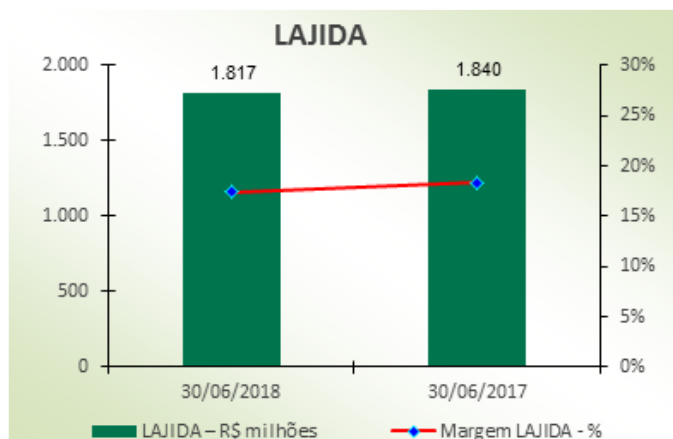
A Cemig apresentou, no primeiro semestre de 2018, um lucro líquido de R\$404.225 em comparação ao lucro líquido de R\$480.848 no mesmo período de 2017. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Ressalta-se que o lucro líquido do 1º semestre de 2018 foi significativamente afetado pela despesa líquida de R\$367.371, não vinculada às atividades operacionais, referente aos efeitos das despesas de variações cambiais incidentes sobre a dívida captada em dezembro de 2017 (Eurobonds), parcialmente compensadas pelos efeitos dos ganhos decorrentes da operação de swap efetuada pela Companhia que substituiu, para fins de pagamento dos encargos do Eurobonds, a variação do dólar acrescida de juros de 9,25% a.a. pela variação de 150,49% do CDI, sendo que para o principal foi feita uma proteção para variações do dólar norte-americano entre o piso de R\$3,25 e teto de R\$5,00, onde neste caso será pago pela Companhia o valor do piso no vencimento. Esse efeito foi decorrente da instabilidade no cenário macroeconômico no primeiro semestre de 2018, com aumento nas expectativas futuras de variação do CDI e câmbio, principais variáveis para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou uma pequena redução de 1,24% no primeiro semestre de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017. Os principais itens que afetaram o resultado estão descritos na sequência destas informações contábeis intermediárias. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou redução, passando de 18,37% no primeiro semestre de 2017 para 17,36% no mesmo período de 2018.

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2018	30/06/2017	Var %
Resultado do Período	404.225	480.848	(15,93)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	146.990	213.928	(31,29)
+ Resultado Financeiro	854.632	734.300	16,39
+ Depreciação e Amortização	411.300	410.800	0,12
= LAJIDA	1.817.147	1.839.876	(1,24)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$11.236.009 no primeiro semestre de 2018 em comparação a R\$11.572.133 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 2,90%.

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, foi de R\$9.842.323 no primeiro semestre de 2018 comparada a R\$10.144.523 no mesmo período de 2017, representado uma redução de 2,98%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018; e,
- crescimento de 1,68% no volume de energia vendida para consumidores finais.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no primeiro semestre de 2018, comparativamente ao do mesmo período de 2017:

A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo.

	MWh		
	30/06/2018	30/06/2017	Var %
Residencial	5.150.879	5.033.072	2,34
Industrial	8.552.810	8.704.150	(1,74)
Comércio, Serviços e Outros	4.198.424	3.804.836	10,34
Rural	1.720.268	1.752.185	(1,82)
Poder Público	434.389	436.654	(0,52)
Iluminação Pública	688.807	675.900	1,91
Serviço Público	653.232	639.342	2,17
Subtotal	21.398.809	21.046.139	1,68
Consumo Próprio	23.481	18.050	30,09
	21.422.290	21.064.189	1,70
Suprimento a Outras Concessionárias (1)	5.607.369	5.740.378	(2,32)
Total	27.029.659	26.804.567	0,84

(1) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se a redução de 1,74% na energia vendida para o segmento industrial, principalmente em função de: (a) desligamento de unidades consumidoras, (b) migração de consumidores cativos para o ambiente livre e (c) queda no consumo devido à greve dos caminhoneiros, ocorrida no final de maio de 2018.

Também ocorreu uma redução de 1,82% na quantidade vendida para o segmento rural em função do maior volume de chuvas no primeiro semestre de 2018 com conseqüente redução da atividade de irrigação.

Em contrapartida, observou-se um crescimento 10,34% na classe de consumo comercial, 2,34% na classe de consumo residencial, 1,91% na classe de consumo iluminação pública e de 2,17% na classe de serviço público, basicamente, em função da incorporação de novas unidades consumidoras.

Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro semestre de 2018, essa receita correspondeu ao montante de R\$814.340, comparada a R\$900.476 no mesmo período de 2017, o que representou uma redução de 9,57%, principalmente em função dos eventos abaixo:

- redução de aproximadamente 40% da TUSD, ocorrida no reajuste tarifário anual da Cemig D de 2017, aplicada a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- reajuste de aproximadamente 36% da TUSD, ocorrida no reajuste tarifário anual da Cemig D de 2018, aplicada a partir de 28 de maio de 2018.
- aumento de 11,08% no volume de energia transportada em função da maior atividades de consumidores industriais, principalmente ligados ao setor de ferro-ligas.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados ou ressarcidos nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No primeiro semestre de 2018 foram reconhecidos valores a serem ressarcidos no montante de R\$1.069.049, em comparação a valores a serem repassados de R\$331.896 no mesmo período de 2017. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2018, em relação à cobertura tarifária, na comparação com o ano anterior, o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 14 das informações contábeis intermediárias.

Receita de concessão de transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabeleceram as receitas anuais permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$206.582 no primeiro semestre de 2018 comparado a R\$177.437 no mesmo período de 2017, representando crescimento de 16,43%. Conforme mencionado, essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2017, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui adicionalmente ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões. Em 2017, os reajustes foram de 3,59% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 1,57% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

Receita de indenização da transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$146.519 no primeiro semestre de 2018, comparados a R\$269.855 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 45,70%. Esta variação decorre basicamente do valor de R\$149.255 registrado no primeiro semestre de 2017, referente à diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores.

A Companhia registra a atualização da indenização a receber com base no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor.

Mais detalhes vide nota explicativa nº 14 destas informações contábeis intermediárias.

Receita de indenização da geração

No primeiro semestre de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$34.463 referente ao ajuste do saldo não amortizado referente aos projetos básicos das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, a ser indenizado conforme Portaria nº 291/17.

Mais detalhes vide nota explicativa nº 14 destas informações contábeis intermediárias.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$159.966 no primeiro semestre de 2018 comparados a R\$425.177 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 62,38%. Esta variação decorre da menor quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2018, apesar do aumento de 8,46% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$249,88/MWh no primeiro semestre de 2018 e R\$230,39/MWh no mesmo período de 2017).

Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$898.979 no primeiro semestre de 2018 comparada a R\$821.145 no mesmo período de 2017, um aumento de 9,48%. Esta variação decorre basicamente dos reajustes nas tarifas, tendo em vista a redução de 6,83% no volume de gás vendido (564.940 m³ no período de janeiro a junho de 2018 comparados a 606.365 m³ no mesmo período de 2017).

Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura foram de R\$383.643 no período de janeiro a junho de 2018 comparadas a R\$441.034 no mesmo período de 2017, apresentando uma redução de 13,01%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia foram de R\$773.444 no primeiro semestre de 2018 em comparação a R\$717.632 no mesmo período de 2017, um aumento de 7,78%. A composição das receitas das operações está demonstrada na nota explicativa nº 25 destas informações contábeis intermediárias.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$5.388.729 no período de janeiro a junho de 2018 comparados a R\$5.127.021 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 5,10%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.180.960 no período de janeiro a junho de 2018 comparados a R\$859.370 no mesmo período de 2017.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Houve redução dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$125.059 no primeiro semestre de 2018, em comparação a R\$156.435 no mesmo período de 2017, uma variação negativa de 20,06%. As bandeiras tarifárias são acionadas em função do nível dos reservatórios, com o acionamento das bandeiras amarelas ou vermelhas, que representam maiores encargos, nas situações de baixa no nível dos reservatórios, em função da escassez de chuvas. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente. O primeiro semestre de 2017 foi impactado pelo acionamento da bandeira amarela no mês de março, com efeito no faturamento de abril, e da bandeira vermelha nos meses de abril e maio, com efeito nos faturamentos de maio e junho respectivamente. No mesmo período de 2018 verificou-se efeito apenas no mês de junho, com o acionamento da bandeira amarela no mês de maio.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$9.057.922 no período de janeiro a junho de 2018 comparados a R\$8.649.001 no mesmo período de 2017, um aumento de 4,73%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 26 destas informações contábeis intermediárias.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$5.082.598 no período de janeiro a junho de 2018 comparada a R\$4.742.418 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 7,17%. Esta variação se explica, principalmente, pelos fatos abaixo:

- aumento de 8,46% no valor médio do preço de liquidação de diferenças – PLD (R\$249,88/MWh em 2018 comparado a R\$230,39/MWh em 2017) com impacto direto no preço da energia elétrica de curto prazo;
- aumento de 7,52% nas despesas com energia adquirida através de leilão em ambiente regulado que foram de R\$1.480.756 no primeiro semestre de 2018 comparado a R\$1.377.210 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, da inclusão da energia proveniente das cessões do MCSD (mecanismo de compensação de sobras e déficits) de energia nova, o que representou um incremento de R\$341.518 na despesa no primeiro semestre de 2018 em comparação ao mesmo período de 2017, parcialmente compensado pela redução de energia verificada nos contratos por quantidade e por disponibilidade (11.347.202 MWh no primeiro semestre de 2018 e 12.957.063 MWh no mesmo período de 2017);
- aumento de 38,84% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física que foram de R\$311.625 no primeiro semestre de 2018 comparado a R\$224.452 no mesmo período de 2017. Esta variação se deve, basicamente, ao ajuste de 41,81% nas tarifas de cotas sendo R\$87,27 no primeiro semestre de 2018 e R\$61,54 no mesmo período de 2017.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$808.580 no período de janeiro a junho de 2018, comparados a R\$404.261 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 100,01%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. O aumento nos valores em 2018 deve-se ao aumento dos custos de transmissão relacionados ao pagamento das indenizações de transmissão aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

Este é um custo não controlável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$267.319 no período de janeiro a junho de 2018, comparadas a R\$369.918 no mesmo período de 2017, uma redução de 27,74%. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:

- variação do valor justo nas opções de investimento da Parati/RME e SAAG, no montante de R\$62.054 no período de janeiro a junho de 2018 na comparação com a provisão total de R\$7.631 no mesmo período de 2017. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 29 (Opções de Venda);
- redução das despesas para provisões de contingências trabalhistas, sendo reversão de despesas no montante de R\$3.060 no período de janeiro a junho de 2018 em comparação a uma constituição de despesa no montante de R\$177.725 no período de janeiro a junho de 2017. A reversão decorre de decisões favoráveis à Companhia, tendo sido julgadas improcedentes algumas reivindicações dos reclamantes.

Mais informações na nota explicativa nº 23.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$680.240 no primeiro semestre de 2018, comparados a R\$917.162 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 25,83%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal no montante de R\$25.666 no primeiro semestre de 2018 e R\$165.422 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 84,48%;
- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2018);
- redução de 17,66% no número médio de empregados sendo 5.892 no primeiro semestre de 2018 em comparação a 6.864 no mesmo período de 2017.

Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$383.643 no período de janeiro a junho de 2018 comparados a R\$441.034 do mesmo período de 2017, uma redução de 13,01%. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás comprado para revenda

No primeiro semestre de 2018 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$556.459 comparada a uma despesa de R\$485.163 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 14,70%. Esta variação decorre basicamente dos reajustes nos preços do gás comprado, tendo em vista a redução na quantidade de gás comprado para revenda (562.390 m³ no período de janeiro a março de 2018 comparados a 599.360 m³ no mesmo período de 2017).

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou perdas de R\$26.233 no período de janeiro a junho de 2018 na comparação aos ganhos de R\$60.118 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre principalmente das perdas verificadas em 2018 referente as participações na Renova e Santo Antônio Energia.

A composição dos resultados das investidas reconhecidos nessa rubrica está detalhada na nota explicativa nº 15.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no período de janeiro a junho de 2018 foi uma despesa financeira líquida de R\$854.632 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$734.300 no mesmo período de 2017. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- redução de 66,65% da renda de aplicação financeira, sendo R\$41.850 no primeiro semestre de 2018 comparado a R\$125.493 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, da redução de recursos aplicados em 2018 e redução da taxa média CDI, que foi de 3,17% no primeiro semestre de 2018 e 5,61% no mesmo período de 2017, aliado à redução do saldo de recursos aplicados em 2018;

- despesa de variação cambial relacionada à captação de recursos indexados ao dólar (Eurobonds), realizada em dezembro de 2017, no valor de R\$547.800, sendo parcialmente compensada por ganhos decorrentes da operação de swap relacionada à captação mencionada no valor de R\$180.429, representando uma despesa líquida de R\$367.371 no 1º semestre de 2018. Ressalta-se que a operação de swap efetuada pela Companhia substitui, para fins de pagamento de encargos, a variação do dólar acrescida de juros de 9,25% a.a. pela variação de 150,49% do CDI, sendo que para o principal foi feita uma proteção para variações do dólar norte-americano entre o piso de R\$3,25 e teto de R\$5,00, onde neste caso será pago pela Companhia o valor do piso no vencimento. O efeito líquido devedor da operação no semestre, consequência da não compensação da despesa de variação cambial pelos instrumentos de hedge contratados, decorre basicamente da maior variação na curva futura esperada para o CDI em comparação à expectativa de variação do dólar norte-americano, situação ocorrida basicamente nos meses de maio e junho de 2018, em função da instabilidade no cenário macroeconômico. Concluindo, as expectativas de variação das taxas do CDI e dólar norte-americano representam as principais variáveis no cálculo do valor justo das operações de hedge mencionadas.
- redução de 27,09% dos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$604.051 no primeiro semestre de 2018 e R\$828.467 no mesmo período de 2017. Este resultado decorre, principalmente, da menor variação do CDI, principal indexador da dívida, de 3,17% no primeiro semestre de 2018 em comparação a 5,61% no mesmo período de 2017;
- aumento de 21,77% da receita com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$167.950 no primeiro semestre de 2018 comparado a R\$137.923 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos da renegociação do débito do poder público estadual, com reconhecimento efetivo de juros;
- aumento do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo receita líquida de R\$11.286 no período de janeiro a junho de 2018 comparados a uma despesa líquida de R\$28.080 no mesmo período de 2017 decorrente, basicamente, do maior saldo de ativos líquidos de janeiro a junho de 2018 na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27 destas informações contábeis intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No período de janeiro a junho de 2018, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$146.990 em relação ao lucro de R\$529.843 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 27,74%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2017, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$213.928 em relação ao resultado de R\$694.776, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 30,79%.

Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9c destas informações contábeis intermediárias.

Resultado do Trimestre

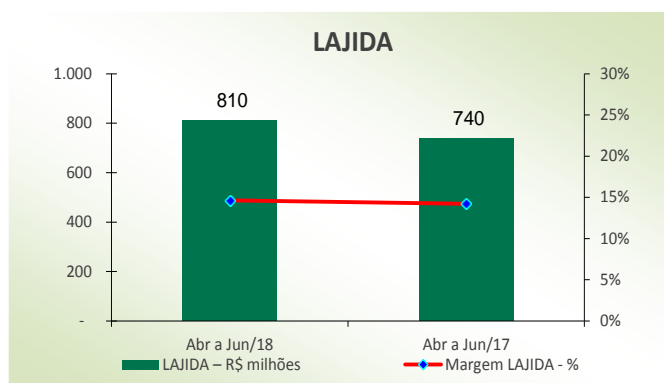
A Cemig apresentou, no segundo trimestre de 2018, um prejuízo de R\$60.370 em comparação ao lucro líquido de R\$138.114 no mesmo período de 2017. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Ressalta-se que o lucro líquido do 2º trimestre de 2018 foi significativamente afetado pela despesa líquida de R\$449.088, não vinculada às atividades operacionais, referente aos efeitos das despesas de variações cambiais incidentes sobre a dívida captada em dezembro de 2017 (Eurobonds), parcialmente compensadas pelos efeitos dos ganhos decorrentes da operação de swap efetuada pela Companhia que substituiu, para fins de pagamento dos encargos do Eurobonds, a variação do dólar acrescida de juros de 9,25% a.a. pela variação de 150,49% do CDI, sendo que para o principal foi feita uma proteção para variações do dólar norte-americano entre o piso de R\$3,25 e teto de R\$5,00, onde neste caso será pago pela Companhia o valor do piso no vencimento. Esse efeito foi decorrente da instabilidade no cenário macroeconômico no segundo trimestre de 2018, com aumento nas expectativas futuras de variação do CDI e câmbio, principais variáveis para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 9,53% no segundo trimestre de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017. Os principais itens que afetaram o resultado estão descritos na sequência destas informações contábeis intermediárias. A margem do LAJIDA passou de 14,21% no segundo trimestre de 2017 para 14,64% no mesmo período de 2018.

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/2018	Segundo Trim/2017	Var- %
Resultado do Período	(60.370)	138.114	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(24.628)	50.539	-
+ Resultado Financeiro	696.832	341.554	104,02
+ Depreciação e Amortização	198.309	209.435	(5,31)
= LAJIDA	810.143	739.642	9,53



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.838.104 no segundo trimestre de 2018 em comparação a R\$5.800.520 no mesmo período de 2017, representando aumento de 0,65%.

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$4.978.835 no segundo trimestre de 2018 comparada a R\$5.092.073 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 2,22%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018; e,
- aumento de 3,79% no volume de energia vendida aos consumidores finais.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no segundo trimestre de 2018, comparativamente à do mesmo período de 2017:

A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo:

	MWh (1)		
	Segundo Trim/2018	Segundo Trim/2017	Var %
Residencial	2.557.762	2.496.022	2,47
Industrial	4.524.750	4.450.891	1,66
Comércio, Serviços e Outros	2.155.487	1.892.746	13,88
Rural	954.766	953.709	0,11
Poder Público	220.791	226.041	(2,32)
Iluminação Pública	345.401	341.420	1,17
Serviço Público	331.174	324.405	2,09
Subtotal	11.090.131	10.685.234	3,79
Consumo Próprio	11.357	8.788	29,23
	11.101.488	10.694.022	3,81
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	2.974.570	2.846.261	4,51
Total	14.076.058	13.540.283	3,96

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se o crescimento de 2,47% na energia vendida para o segmento residencial, 1,66% na quantidade vendida para o segmento industrial, 13,88% na energia vendida para o segmento comercial e 13,05% na energia vendida para o segmento de serviço público, principalmente, em função da incorporação de novas unidades consumidoras e melhoria na atividade econômica em relação ao ano anterior.

Em contrapartida, observou-se uma redução de 2,32% na classe do poder público, causada basicamente, pela greve de caminhoneiros que afetou aulas em escolas e universidades, além do decreto de ponto facultativo em várias esferas de governo no período da paralização.

Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No segundo trimestre de 2018 essa receita correspondeu ao montante de R\$440.599 comparado a R\$437.427 do mesmo período de 2017, o que representou um aumento de 0,73%, em função dos seguintes fatores.

- redução de aproximadamente 40% da TUSD, ocorrida no reajuste tarifário anual da Cemig D de 2017, aplicada a partir de 28 de maio de 2017 (efeito integral em 2018);
- reajuste de aproximadamente 36% da TUSD, ocorrida no reajuste tarifário anual da Cemig D de 2018, aplicada a partir de 28 de maio de 2018.
- aumento de 13,66% no volume de energia transportada em função da maior atividade de consumidores industriais, principalmente ligados ao setor de ferro-ligas.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados ou ressarcidos nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No segundo trimestre de 2018 foram reconhecidos valores a serem ressarcidos no montante de R\$627.893, em comparação a valores a serem repassados de R\$29.294 no mesmo período de 2017. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2018, em relação à cobertura tarifária, na comparação com o ano anterior, o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 14 destas informações contábeis intermediárias.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$25.639 no segundo trimestre de 2018 comparada a R\$198.529 no mesmo período de 2017, redução de 87,09%. Esta variação decorre da menor quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2018.

Receita de indenização de transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$96.678 no segundo trimestre de 2018, comparados a R\$204.025 no mesmo período de 2017, redução de 52,61%. Merece destaque o valor de R\$149.255 registrado no segundo trimestre de 2017, referente à diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores.

A Companhia registra a atualização da indenização a receber com base no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor.

Mais informações na nota explicativa nº 14 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$470.908 no segundo trimestre de 2018 comparada a R\$410.604 no mesmo período de 2017, um aumento de 14,69%, decorrente basicamente do aumento de gás vendido (456.458 m³ no segundo trimestre de 2018 comparados a 310.240 m³ no segundo trimestre de 2017).

Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura (de transmissão, distribuição e gás) foram de R\$205.783 no segundo trimestre de 2018 comparadas a R\$240.475 no mesmo período de 2017, apresentando redução de 14,43%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia, apresentaram uma redução de 15,80% nos períodos comparados (R\$311.332 no segundo trimestre de 2018, em comparação a R\$369.763 no mesmo período de 2017).

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$2.674.737 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$2.583.211 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 3,54%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e têm como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$593.105 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$415.749 no mesmo período de 2017.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Houve redução dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R\$8.287 no segundo trimestre de 2018, em comparação a R\$127.177 no mesmo período de 2017, uma variação negativa de 93,48%. As bandeiras tarifárias são acionadas em função do nível dos reservatórios, com o acionamento das amarela ou vermelha, que representam maiores encargos, nas situações de baixa no nível dos reservatórios, em função da escassez de chuvas. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente. O segundo trimestre de 2017 foi impactado pelo acionamento da bandeira amarela no mês de março, com efeito no faturamento de abril, e da bandeira vermelha nos meses de abril e maio, com efeito nos faturamentos de maio e junho respectivamente. No mesmo período de 2018 verificou-se efeito apenas no mês de junho, com o acionamento da bandeira amarela no mês de maio.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento de 3,28% nos trimestres comparados, sendo R\$4.859.630 no segundo trimestre de 2018 e R\$4.705.299 no mesmo período de 2017. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 26 destas informações contábeis intermediárias.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.818.905 no segundo trimestre de 2018 comparada a R\$2.649.330 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 6,40%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 19,25% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$757.243 no segundo trimestre de 2018, comparados a R\$634.978 no mesmo período de 2017, em função, principalmente, da inclusão da energia proveniente das cessões do MCSD de energia nova, o que representou um incremento de R\$127.780 na despesa da Cemig D no segundo trimestre de 2018 em comparação ao mesmo período de 2017, parcialmente compensado pela redução de energia verificada nos contratos por quantidade e por disponibilidade (5.709.270 MWh no segundo trimestre de 2018 e 6.522.682 MWh no mesmo período de 2017);
- aumento de 21,63% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física que foram de R\$140.241 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$115.298 no mesmo período de 2017. Esta variação se deve, basicamente, ao ajuste de 40,95% nas tarifas de cotas sendo R\$84,88 no segundo trimestre de 2018 e R\$60,22 no mesmo período de 2017;
- redução de 10,71% nas despesas de energia adquirida em ambiente livre sendo R\$891.546 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$998.450 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, da redução de 11,88% no volume de energia comprada pela Cemig GT no segundo trimestre de 2018 (4.726.875 MWh) comparado ao mesmo período de 2017 (5.364.064 MWh), parcialmente compensado pelo aumento de 3,82% no preço médio do MWh (R\$189,79 no segundo trimestre de 2018 e R\$182,81 no mesmo período de 2017);
- aumento de 15,56% na despesa com energia de curto prazo, que foi de R\$710.115 no segundo trimestre de 2018, comparados a R\$614.518 no mesmo período de 2017, em função do maior custo da energia no mercado atacadista em 2018.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$416.038 no segundo trimestre de 2018, comparados a R\$197.764 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 110,37%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$134.112 no segundo trimestre de 2018, comparadas a R\$161.386 no mesmo período de 2017, uma redução de 16,90%. Os principais eventos que impactaram as provisões estão descritos abaixo:

- constituição, no segundo trimestre de 2018, de provisão nas opções de investimento da RME e LEPSA e SAAG, nos montantes de R\$ 27.519 e R\$20.231 respectivamente em comparação à reversão, no mesmo período de 2017, nos montantes de R\$8.021 e R\$5.334, respectivamente. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 29 (Opções de Venda);
- variação das despesas para provisões de contingências trabalhistas, que representou uma reversão de despesa no montante de R\$20.114 no segundo trimestre de 2018 em comparação à constituição de despesa no montante de R\$114.419 no mesmo período de 2017. A reversão decorre de decisões favoráveis à Companhia, tendo sido julgadas improcedentes algumas reivindicações dos reclamantes.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$348.576 no segundo trimestre de 2018 comparada a R\$535.954 no mesmo período de 2017, representando redução de 34,96%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo;
- despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal no montante de R\$25.666 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$165.422 no mesmo período de 2017;
- redução de 10,43% no número médio de empregados sendo 5.928 no segundo trimestre de 2018 e 6.618 no mesmo período de 2017.

Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$202.974 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$240.475 do mesmo período de 2017, uma redução de 15,59%. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás comprado para revenda

No segundo trimestre de 2018 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$293.225 comparada a uma despesa de R\$262.651 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 11,64%. Esta variação decorre, basicamente, do aumento da quantidade de gás comprado (454.622 m³ no segundo trimestre de 2018 comparados a 308.850 m³ no segundo trimestre de 2017).

Resultado de Equivalência Patrimonial

No segundo trimestre de 2018 a Companhia apurou uma perda líquida com equivalência patrimonial no montante de R\$83.107 comparado a um ganho líquido de R\$30.477 no mesmo período de 2017. As perdas referem-se principalmente as participações na Renova e Santo Antônio Energia. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no segundo trimestre de 2018 foi uma despesa financeira líquida de R\$696.832 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$341.554 no mesmo período de 2017. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- redução de 17,11% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R\$316.703 no segundo trimestre de 2018 comparados a R\$382.076 no mesmo período de 2017. Esta variação deve-se, principalmente, à redução da dívida indexada ao CDI e da menor variação deste indexador, que foi de 1,56% no segundo trimestre de 2018 em comparação a 2,55% no mesmo período de 2017;
- aumento de 41,85% da receita com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$92.288 no segundo trimestre de 2018 comparado a R\$65.059 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos da renegociação do débito do poder público estadual, com reconhecimento efetivo de juros;
- redução de 70,13% da renda de aplicação financeira sendo R\$18.123 no segundo trimestre de 2018 comparado a R\$60.663 no mesmo período de 2017. Esta variação decorre, principalmente, da redução da taxa média do CDI, que foi de 1,56% no segundo trimestre de 2018 e 2,55% no mesmo período de 2017, aliado à redução do saldo de recursos aplicados no segundo trimestre de 2018;

- despesa de variação cambial relacionada à captação de recursos indexados ao dólar (Eurobonds), realizada em dezembro de 2017, no valor de R\$532.000, sendo parcialmente compensada por ganhos decorrentes da operação de swap relacionada à captação mencionada no valor de R\$82.912, representando uma despesa líquida de R\$449.088 no 2º trimestre de 2018. Ressalta-se que a operação de swap efetuada pela Companhia substitui, para fins de pagamento de encargos, a variação do dólar acrescida de juros de 9,25% a.a. pela variação de 150,49% do CDI, sendo que para o principal foi feita uma proteção para variações do dólar norte-americano entre o piso de R\$3,25 e teto de R\$5,00, onde neste caso será pago pela Companhia o valor do piso no vencimento. O efeito líquido devedor da operação no semestre, consequência da não compensação da despesa de variação cambial pelos instrumentos de hedge contratados, decorre basicamente da maior variação na curva futura esperada para o CDI em comparação à expectativa de variação do dólar norte-americano, situação ocorrida basicamente nos meses de maio e junho de 2018, em função da instabilidade no cenário macroeconômico. Concluindo, as expectativas de variação das taxas do CDI e dólar norte-americano representam as principais variáveis no cálculo do valor justo das operações de hedge mencionadas;
- variação monetária de atualização dos saldos da CVA: receita financeira de R\$10.839 no segundo trimestre de 2018 em comparação a uma despesa financeira de R\$21.911 no segundo trimestre de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido ativo de CVA em 30 de junho de 2018, com o registro de receita financeira de atualização do saldo. No mesmo período de 2017, a Companhia apresentou saldo líquido passivo de CVA, com o registro de passivo financeiro decorrente da atualização da obrigação Vide maiores informações na nota explicativa nº 14;

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27 destas informações contábeis intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No segundo trimestre de 2018, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$24.627 em relação ao prejuízo de R\$106.370 antes dos efeitos fiscais. No mesmo período de 2017, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$50.539 em relação ao lucro de R\$188.653, antes dos efeitos fiscais. As alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9c destas informações contábeis intermediárias.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 30 de junho de 2018, reuniu-se 19 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGE realizada em 11 de junho de 2018, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2020.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei e conforme Estatuto Social da Cemig cabe ao Conselho de Administração, dentre outros:

- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos igual ou superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação da Estratégia de Longo Prazo, do Plano de Negócios Plurianual e do Orçamento anual, bem como suas alterações e revisões.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por 9 (nove) membros efetivos e igual número de suplentes, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente, com dotação orçamentária própria, de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

Conforme Estatuto Social da Cemig, são atribuições do Comitê de Auditoria, dentre outras:

- Supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- Supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras;
- Avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.. O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2020.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos a Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social.
- Autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe;
- A Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso por escrito, correspondência eletrônica ou outro meio digital com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2018, até o dia 30/06, foram realizadas 8 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.
- Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:
 - a) aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
 - b) a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.
- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Conforme Estatuto Social, competem ao Conselho Fiscal as atribuições fixadas na legislação aplicável, bem como, no que não conflitar com a legislação brasileira, aquelas requeridas pelas leis dos países em que as ações da Companhia são listadas e negociadas.

Qualificação e remuneração

A remuneração global ou individual dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação aplicável

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “*Public Company Accounting Oversight Board*” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC*, no dia 23 de julho de 2007.

Gestão de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig onde são identificados eventos que podem interferir no atingimento dos objetivos estratégicos definidos pela Companhia.

Desde 2016 a Gestão de Riscos Corporativos e de Compliance está subordinada à Presidência. Esse movimento reforça a intenção de aumentar a independência destes processos e fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa. Neste sentido, a prática de gestão de riscos é um fator de diferenciação competitiva que deve ser utilizado não só de forma defensiva, mas igualmente como uma oportunidade de melhoria. A estruturação e análise das operações sob o ponto de vista do gerenciamento de risco tendem a otimizar os investimentos no controle da atividade, reduzir os custos, melhorar a performance e conseqüentemente favorecer o alcance das metas traçadas pela Companhia.

A Cemig sempre considera o princípio da precaução nos processos de gestão de risco, no planejamento das operações e no desenvolvimento de novos negócios. Durante o planejamento, são considerados todos os fatores que possam apresentar riscos à saúde e à segurança dos empregados, fornecedores, clientes, da população em geral e do meio ambiente. Além disso, o fato da Companhia ser reconhecida pelo Índice Dow Jones de Sustentabilidade e o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE reflete a implementação de elementos estruturais do sistema de gestão de riscos e o comprometimento com a sustentabilidade.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Aprovada pelo Conselho de Administração da Cemig em 11 de maio de 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>) visa orientar e disciplinar a conduta das pessoas que agem em nome da Cemig ou com ela interagem, buscando a ética e a conformidade com a lei e com a regulamentação. O documento foi atualizado em 2018.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig foi criada em 12 de agosto de 2004 com objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código de Ética da Cemig.

A Comissão é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, responsáveis pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, através de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional” da CEMIG.

Canal de Denúncias Anônimas

Em 13 de dezembro de 2006, a Cemig implantou o Canal de Denúncias Anônimas, disponível na intranet corporativa.

Por este Canal, a Comissão de Ética recebe consultas e denúncias anônimas, que podem instrumentalizar a Cemig na detecção de práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Esse canal representa mais um passo da Cemig em direção a melhorar a transparência, atendimento à legislação e alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. A implementação deste instrumento possibilita melhoria dos controles internos e difusão da cultura ética aos nossos empregados em prol da conformidade do nosso negócio.

**POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM
30/06/2018**

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	248.480.146	50,96	-	-	248.480.146	17,03
FIA Dinâmica Energia S/A	41.635.754	8,54	62.469.590	6,43	104.105.344	7,14
BNDESPAR	54.342.992	11,14	26.220.938	2,70	80.563.930	5,52

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/06/2018

	30/06/2018	
	ON	PN
Controlador	248.480.146	
Conselho de Administração	100.501	190.000
Diretoria Executiva	1	45.430
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação (<i>free float</i>)	238.976.793	969.694.662
TOTAL	487.614.213	971.138.388

Relações com Investidores

No ano de 2017, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio de 2018, pelo 23º ano consecutivo, o nosso tradicional “Encontro Anual da Cemig com o Mercado de Capitais”, na cidade de Belo Horizonte - MG, onde os profissionais do mercado tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

Nossas ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE. Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na Bolsa de Valores de Madri (LATIBEX) desde 2002.

Em junho de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou alterar o Estatuto Social da Companhia visando à manutenção da adoção das melhores práticas de Governança Corporativa, além da adequação à Lei 13.303/2016, também conhecida como a Lei das Estatais.

Dentre os aprimoramentos incorporados no Estatuto Social, cabe destacar:

- Redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e com o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- Criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal;
- Política de Elegibilidade e Avaliação para indicação de membro de Conselho de Administração e de Diretoria Executiva em empresas controladas e coligadas;
- Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Formal designação para o Conselho de Administração assegurar a implementação e supervisão dos sistemas de risco e de controles internos da Companhia;
- A critério da Diretoria Executiva, ampliação dos comitês técnicos, compostos por técnicos de carreira da Companhia, com capacidade decisória em matérias específicas;

- O Diretor-Presidente passa a conduzir diretamente as atividades de compliance e de gestão de riscos corporativos;
- Maior ênfase nas funções de controle da Companhia: auditoria interna, compliance e gestão de riscos corporativos;
- Adoção de câmara de arbitragem para resolução de conflitos eventualmente existentes entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal.

* * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor-Presidente

Luiz Humberto Fernandes
Diretor Vice-Presidente

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretora de Gestão de Pessoas

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Thiago de Azevedo Camargo
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Dimas Costa
Diretor Comercial

Daniel Faria Costa
Diretor de Gestão de Participações

Neila Maria Barreto Leal
Diretora Jurídica

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-85.260



Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 15 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui investimento indireto na Madeira Energia S.A., Renova Energia S.A., e na Norte Energia S.A. (em conjunto denominadas “investidas não controladas”), que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia nestas investidas não controladas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses outros acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade da investida não controlada Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota 15 às informações contábeis intermediárias, a investida indireta não controlada Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 30 de junho de 2018, apresenta capital circulante líquido negativo. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 14 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0